



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ALINE MOTA FARIAS

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO NECESSÁRIA

**Miracema do Tocantins, TO
2022**

Aline Mota Farias

Serviço Social na Educação: uma contribuição necessária

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Rosemeire dos Santos.

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F224s Farias, Aline Mota.
 Serviço Social na Educação: uma contribuição necessária . /
 Aline Mota Farias. – Miracema, TO, 2022.
 66 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
 Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2022.
 Orientadora : Rosemeire Dos santos

 1. Serviço social. 2. Educação. 3. Assistentes sociais. 4. Questão
 social. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ALINE MOTA FARIAS

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO NECESSÁRIA

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Serviço Social foi avaliada para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 29/06/2022

Banca Examinadora:

Prof.(a) Dr.(a): Rosemeire dos Santos – UFT

Prof. Ms. Raí Vieira Soares – UFT

Assistente Social, Especialista Fernanda Hassan Martiez

Dedico este trabalho à minha mãe Antônia Mota, exemplo de mulher e mãe, por sempre acreditar em mim. Ao meu esposo Antônio Bento por estar ao meu lado desde o começo dessa trajetória acadêmica. E ao filho querido, Nickolas Farias, por ter sido meu incentivo, meu refúgio e minha força pra seguir em frente nas horas de angústia e vontade de desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a vida e junto com ela a coragem e persistência para não desistir dos meus sonhos.

Aos meus pais Fernando Sousa e Antônia Mota por estarem presentes e solícitos a ajudar sempre que precisei. O meu muito obrigado.

Ao meu esposo Antônio Bento, que não hesitou em mudar de estado, recomeçar do zero para que eu pudesse vir estudar. Meu companheiro que mesmo estando a maior parte do tempo trabalhando longe de casa se faz presente.

Ao meu filho Nickolas, que me ensina todos os dias o significado de amar incondicionalmente e me enche de orgulho por cada conquista e aprendizado.

Aos meus colegas de turma, Maria Celeste, Maurício Curcino, Lucielle Judith, Manoel Messias, Ana Júlia, Bianca Gomes, Luciana Antônia, Kallynne Guimarães, Ingrithy Lorrana, Kenneth Wagamenon e os demais, pois na troca de experiências contribuíram nesse percurso da formação.

Ao meu “grupinho” dos rolês que quase nunca fui e das surpresas nos aniversários, Vanessa Pereira, Kivya Ribeiro, Kamila Nunes, Patrícia Martins, que a cada encontro saia histórias e risadas que nos aliviava o peso da academia. Em especial agradeço Edvânia Alves e Diogo George, com quem compartilhei muitas das minhas tristezas e sempre tiveram uma palavra amiga para me acalmar.

A minha amiga Maysa Rodrigues, uma pessoa meiga e usada por Deus, por sempre ter a palavra certa que toca como ninguém o meu coração.

A minha professora e orientadora Rosemeire dos Santos, por ter aceitado me orientar e estar sempre presente, pelas nossas orientações que nunca foram tensas e pesadas, mas, momentos de trocas leves e aprendizados. Agradeço imensamente por compartilhar comigo sua sabedoria, seu conhecimento teórico e contribuir para minha escrita. E principalmente, pela confiança que teve em mim. A todos os professores e professoras do curso de Serviço Social que dura anos compartilharam seus conhecimentos.

Em especial a Prof.^a Débora Bolzan, pela pessoa e profissional competente que é, e pelas palavras de incentivo no primeiro semestre de aulas, que as aguardo até hoje e pretendo levar pra vida. E ao querido Prof. Raí Vieira, por ser um grande incentivador à pesquisa, por acreditar no meu potencial e me conduzir junto com

outras colegas num projeto de iniciação científica que deu espaço à escrita deste trabalho.

A cada um de vocês de forma especial, o meu sincero agradecimento.

Desistir...

Eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério, é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça” (Cora Coralina).

RESUMO

O presente Trabalho tem como tema “Serviço Social na Educação: uma contribuição necessária” cujo objeto de estudo foi analisar sobre a necessidade da presença do/a assistente social nas escolas municipais de ensino fundamental, compreendendo como profissional capacitado propositor e mediador às mais diversas manifestações da questão social que permeiam o cotidiano escolar, que interferem direta e diretamente no processo de ensino aprendizagem da criança. A pesquisa é resultante da análise de informações coletadas e observadas durante o projeto de extensão realizado pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Secretaria Municipal de Educação nos anos de 2016/2017, o que possibilitou a observação nas escolas municipais de educação infantil e ensino fundamental do município Miracema do Tocantins - TO. Os resultados da pesquisa reiteram a necessidade e a importância da inserção do/a assistente social no contexto escolar, em resposta às demandas impostas pela sociedade capitalista, o que articula diretamente com a luta que os órgãos representativos da categoria CFESS/CRESS vêm lutando incansavelmente para conquistar junto a esse espaço sociocupacional, bem como na gestão, elaboração e execução de políticas sociais, abordada aqui a educação, com vistas a garantia do acesso à uma educação de qualidade. A partir dos dados analisados permitiu apreender a necessidade da atuação do profissional de Serviço Social nas escolas do município de Miracema do Tocantins. Assim, o presente estudo identificou diversos obstáculos que permeiam a Política de Educação e contribuem para que esta aconteça de forma precarizada e sem o apoio profissional da rede de proteção social no município de Miracema do Tocantins.

Palavras-chave: Educação. Serviço Social. Assistente Social. Questão Social.

ABSTRACT

The present work has as its theme "Social Service in Education: a necessary contribution" whose object of study was to analyze the need for the presence of the social worker in municipal elementary schools, understanding as a qualified professional proposer and mediator to the most diverse manifestations. of the social issue that permeate the school routine, which interfere directly and directly in the child's teaching-learning process. The research is the result of data analysis in the extension project carried out by the Federal University of Tocantins - UFT in partnership with the Municipal Department of Education in the years 2016/2017, which made it possible to observe in the municipal schools of early childhood education and elementary education of the municipality Miracema do Tocantins-TO. The research results reiterate the need and importance of the insertion of the social worker in the school context, in response to the demands imposed by the capitalist society, which articulates directly with the struggle that the representative bodies of the CFESS/CRESS category have been fighting tirelessly to conquer this socio-occupational space, as well as in the management, elaboration and execution of social policies, addressed here education, with a view to guaranteeing access to quality education. From the analyzed data, it was possible to apprehend the need for the performance of the social service professional in schools in the municipality of Miracema do Tocantins. Thus, the present study identified several obstacles that permeate the Education Policy and contribute to making it happen in a precarious way and without the professional support of the social protection network in the municipality of Miracema do Tocantins.

Keywords: Education. Social Work. Social Worker. Social Issue.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social.
CEAS	Centro de Estudos e Ação social de São Paulo
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DM	Ditadura Militar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNABEM	Fundação de Bem-Estar do Menor
GEPOSS	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Estado, Política Social e Serviço Social
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PEP	Projeto Ético Político
PEPSS	Projeto Ético Político do Serviço Social
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
SS	Serviço Social
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	EDUCAÇÃO	14
2.1	História da educação: algumas concepções	14
2.2	A Educação no Brasil: breve percurso histórico.....	15
2.3	A educação enquanto direito garantido na Constituição Federal de 1988.....	22
2.4	O neoliberalismo e os impactos na educação nos governos do PT	25
3	O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO EDUCACIONAL	28
3.1	Trajetória histórica do Serviço Social	28
3.2	Serviço Social e os desafios na contemporaneidade.....	33
3.3	A instituição escola	39
3.4	Lutas e conquista da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS na inserção do Assistente Social na Educação.....	41
4	A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA COMO ESPAÇO SOCIOCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL	46
4.1	Procedimentos metodológicos e instrumentais da pesquisa	46
4.2	Considerações a partir dos dados e observações em escolas do Município de Miracema do Tocantins.....	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe a partir de dados coletados em observações nas escolas municipais de Miracema do Tocantins, uma análise sobre a necessidade da inserção do profissional de Serviço Social no contexto escolar, na perspectiva de enfrentamento das manifestações da questão social, que permeiam o ambiente escolar, perpassando as barreiras da escola e repercutindo nos/as alunos/as/ sujeitos, diretos da política de educação no Brasil, e no seu processo de ensino aprendizagem como um todo.

O interesse pelo tema se deu através da minha experiência na escola, bem como a participação no projeto de iniciação científica intitulado “Educação Superior no Brasil: tendências e desafios na contemporaneidade” coordenado pelo professor Raí Vieira Soares, compondo o Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Estado, Política Social e Serviço Social (GEPOSS).

O presente trabalho tem por objetivo analisar sobre a inserção do profissional de Serviço social no contexto escolar, visando o enfrentamento às manifestações da Questão Social, bem como refletir como o Serviço Social pode contribuir na política de educação, considerando que esta é permeada por embates políticos e pelas contradições do modo de produção capitalista que rebatem diretamente na vida dos sujeitos, em seus diversos espaços de socialização, bem como na educação como um direito garantido na Constituição Federal (1988).

Assim, para desenvolver o trabalho, utilizamos a pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa e documental. Enquanto para fundamentação teórica foi feito levantamento bibliográfico em livros, artigos, publicações de conjunto CFESS/CRESS monografia e dissertação, referentes ao Serviço Social e a Educação.

A priori, buscamos apresentar o processo histórico da educação brasileira, desde o período em que a educação era responsabilidade dos jesuítas até chegar aos dias atuais, abordando algumas das fases pelas quais passou e como acontecia o processo de ensinar/ educar nos períodos descritos. Compreendendo que para compreender a política de educação no Brasil na contemporaneidade é necessário, sua compreensão sócio-histórica na perspectiva crítica e dialética, que nos permite a apreensão da realidade, na percepção não linear e romantizada como a autocracia burguesa quer apresentar.

Nesse sentido que o trabalho está dividido em três capítulos, sendo que o primeiro se propõe a discutir teoricamente a trajetória histórica da política de educação brasileira, atravessada por cenários de disputas antagônicas desde o período jesuítico, em meio aos interesses da autocracia burguesa e a incessante luta de classes, que toma novas perspectivas a partir da chegada da Família Real ao Brasil em 1808.

Ainda discutimos aqui o processo da educação como direito do indivíduo e dever do Estado, e por último abordamos sobre o neoliberalismo e no que ele impactou a educação durante o período dos governos do PT. Para tanto, utilizamos como principais referências Brandão (1986), Meszáros (2008), Oliveira (1993), Tonet (2016), Almeida (2014), Melo (2012), Diorio (2012) e mais.

No capítulo seguinte, o trabalho dedicou-se a discussão sobre o Serviço Social, resgatando o processo social e histórico de institucionalização no Brasil, desde como essa profissão se organiza para atender aos propósitos da burguesia e da Igreja Católica, quando os profissionais pregavam o assistencialismo, afim de amenizar os conflitos entre a classe operária e a burguesia. No Brasil sua gênese está diretamente ligada as ações sociais da Igreja Católica que visavam recristianizar a sociedade. Depois, passou a situar-se no processo de reprodução das relações sociais, em exercício do controle social, a fim de difundir a ideologia pregada pela burguesia, a classe dona dos meios de produção. Na sequência apresentamos alguns processos percorridos pelo Serviço Social até os dias atuais e listamos conquistas que a categoria profissional organizada já alcançou, para isso as principais referências foram Yamamoto e Carvalho (2006), Yazbek (2009), Paulo Netto (2005), Barroco (2019), Martins (2007) e Almeida (2020).

Seguindo o proposto do trabalho o último capítulo dedicou-se sobre a pesquisa, cujo objetivo era indicar a importância da presença de profissionais com formação em Serviço Social nas escolas municipais de ensino fundamental da cidade de Miracema do Tocantins. Os dados aqui analisados são resultados no Projeto de Extensão executado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Social, Direitos Humanos e a Atuação Profissional do Assistente Social, atualmente o Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias – GEPPSFAM, com o título, “Proteção Social como Proteção Integral: a atuação da rede municipal de educação de Miracema do Tocantins contra violações de direitos à criança e ao adolescente, sob a

coordenação da professoras Débora de Paula Bolzan, Rosemeire dos Santos e Sabrina Celestino.

O projeto citado tinha como um dos objetivos “Conhecer a realidade social objetiva, que permeia o cotidiano de trabalho dos profissionais da rede municipal de ensino da cidade de Miracema do Tocantins” (BOLZAN, SANTOS, CELESTINO, 2016), e nesse sentido foram realizadas visitas em todas as escolas municipais de Miracema do Tocantins à época com parceria da Secretaria de Educação do Município, que através da metodologia de observação, foram sistematizadas situações de violações de direitos e expressões da questão social que possibilitam reafirmar a necessidade e a presença de profissionais do Serviço Social nesse espaço.

Nesse sentido o trabalho apresenta e destaca algumas das dificuldades encontradas nesses espaços para que a política de educação seja efetivada como proposto, e reivindicamos com urgência a inserção dos profissionais de Serviço Social na política de educação, bem como nas escolas, pois é sabido que o acesso à educação no Brasil, embora seja um direito garantido na Constituição Federal de 1988, ainda é algo difícil, principalmente para a população pobre, moradores de periferias, que sofrem constantemente os impactos da vulnerabilidade em que se encontram.

Assim, em função do descaso por parte do Estado, essa política sofre grandes modificações a partir dos impactos intrínsecos ao modo de produção desigual que vivemos. Portanto, são sobre essas questões que queremos abordar, sem pretensão de esgotamento do tema, mas reafirmando a importância de uma educação de qualidade, bem como enfatizando a necessidade da inserção de assistentes sociais nesses espaços, sem exceção ou exclusão.

2 EDUCAÇÃO

2.1 História da educação: algumas concepções

A educação enquanto ação e como política social é exclusivamente humana. Não é concebida como algo estático, mas como um processo dialético com características históricas, que se metamorfoseiam à medida que as sociedades se transformam. Embora seja permeada por um complexo de ideias opostas acerca de seu conceito e finalidade, a educação é atravessada por conflitos de interesses, tendo em vista que é uma prática social, que visa o desenvolvimento humano por meio de vários saberes existentes em uma cultura, em consonância com as necessidades e exigências da sociedade, num movimento dialético da realidade (BRANDÃO, 1986).

Ela pode ser livre e comunitária bem como pode ser utilizada como sistema de controle, reforçando as desigualdades já existentes. Pode acontecer em qualquer espaço pois:

[...] a educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado (BRANDÃO, 1986, p. 13).

Desta forma, em consonância ao exposto acima, Mézaros (2008, p.12) afirma que:

A educação deve ser continuada, permanente, ou não é educação. Defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a transformação de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado (MÉSZAROS, 2008, p. 12).

Dito isso, entende-se a educação como algo primordial no processo de desenvolvimento histórico, social e cultural da humanidade, uma vez que, é por meio desse processo educacional que os homens¹ se desenvolvem intelectualmente na busca significativa por um novo modo de sociabilidade.

¹ A palavra é aqui utilizada em seu sentido ontológico do ser. O ser social com capacidade de pensar e modificar a natureza através do trabalho e, não necessariamente ao reconhecimento do gênero humano (homem/mulher).

Noutra perspectiva, Oliveira define a educação como “[...] o processo pelo qual a sociedade procura transmitir suas tradições, costumes e habilidades, isto é, sua cultura, aos mais jovens[...]” (OLIVEIRA, 1993, p. 11). Essa transmissão de conhecimentos e costumes sob a ótica do capital, visa integrar o sujeito à sociedade numa perspectiva de reprodução social. Assim sendo, à medida que esse sujeito desenvolve suas potencialidades também fortalece a lógica da produção de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Reforçando a ideia citada anteriormente, Brandão (1986, p.93) compartilha do mesmo pensamento quando ressalta que:

Dentro de um tipo de ordem social assim dividido, a educação[...] perde a sua dimensão de um bem de uso e ganha a de um bem de troca. Ela não vale mais pelo que é e pelo que representa para as pessoas. Não é mais um dom do fazer que existe no ensinar o saber que é um outro dom de todos e que a todos serve. A educação vale como um bem de mercado, e por isso é paga e às vezes custa caro (BRANDÃO, 1986, p. 93).

Mas nem sempre foi assim. A educação materializada na escola é uma construção histórica. Significa dizer que se constitui ao longo dos processos de transformação das sociedades, mas, houveram tempos em que nem todos podiam ter acesso à educação, e quando a tinham, era direcionada para um fim específico.

Nas sociedades de classes, a educação sempre foi realizada afim de que a classe mais forte mantivesse o domínio sobre a mais fraca, bem como só se era ensinado o necessário para contribuir com a produção e reprodução do capital. Assim, “[...] é compreensível que a preparação para o trabalho seja vista como a função essencial da educação” (TONET, 2016, p. 17).

Assim, abordamos sobre a concepção de educação como um espaço contraditório de lutas de classes afinal, com o passar do tempo esse modelo educacional tem sido redirecionado para uma perspectiva que contribua para a formação crítica do homem, ao invés de ensinar apenas para formar mão-de-obra para o mercado atendendo as demandas do capital.

2.2 A Educação no Brasil: breve percurso histórico

Dando continuidade a essas concepções, entendemos que quando se analisa a educação em território brasileiro é na perspectiva da compreensão que a mesma

esteve presente em todas as formas de sociabilidade e sofreu alterações no percurso da sua história.

Cada período existente apresentou um modelo, direcionado às classes populares. Isso significa dizer uma educação voltada para o tipo de cidadão que se queria formar. Desta forma, era ensinado de forma domesticadora e elitista ao invés de uma educação crítica, emancipatória, com vistas a construção de uma sociabilidade livre e transformada. Na sociedade primitiva, por exemplo, em que, a educação acontecia espontaneamente, pois não haviam instituições educacionais, a educação visava os interesses em comum do grupo, acontecendo de forma igualitária.

A partir da superação desse modelo de sociedade, quando se deu a divisão de classes, a propriedade comum foi substituída pela propriedade privada, o que rebateu também no processo educativo.

Como aponta Orlando (2018):

O processo histórico da sociedade brasileira tem nos revelado que os direitos sociais dos quais faz parte a educação, foram os que mais demoraram para serem reconhecidos tendo em vista os interesses que os mesmos representam numa sociedade de classes como a nossa. Os mesmos têm se configurado como resultado de expressivo esforço da classe trabalhadora em combater todas as formas de opressão e exploração duramente impostas por aquela parcela da sociedade que visa o lucro a qualquer custo (ORLANDO, 2018, p. 106).

Mas, a história da educação no Brasil, necessariamente se inicia com o processo da educação católica, que contou com a vinda dos padres jesuítas portugueses, para a catequização e alfabetização da população a partir de 1549. Desta forma, embora nem todos os filhos da elite quisessem se tornar padres, submetiam-se a orientação jesuítica por não terem outra opção.

A educação jesuítica teve início em 1549 [...] em um contexto de Reforma Protestante, sendo a protagonista do início de nossa história educacional, com hegemonia do ensino brasileiro até 1759, quando os padres jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal (ALMEIDA, 2014, p. 118).

Esse modelo de educação era direcionado especialmente à população indígena, numa tentativa de ensiná-los a obedecer e aceitar as leis impostas pela igreja católica, bem como exercer sobre eles o domínio para assim atender aos interesses de Portugal, caso contrário sofreriam castigos².

² Dá-se de uma pena ou punição para quem inflige alguma regra ou lei. Nesses casos específicos, a condenação ao inferno.

Nessa perspectiva:

Os jesuítas defendiam o humanismo, enfatizando estudos relativos às atividades literárias e acadêmicas. Defendiam valores como a autoridade, obediência, fé e tradição, ignorando etapas de aquisição e desenvolvimento do conhecimento científico, tais como métodos de pesquisa, análise e experimentação (MELO, 2012, p. 14).

Complementando a ideia acima, Melo (2012) também aponta que a partir de 1750 houve o processo das reformas pombalinas que resultaram na expulsão dos padres jesuítas do Brasil em 1759, visando o redirecionamento da educação para fins de interesses comerciais. Nesse novo formato educacional, os professores não tinham formação adequada articulada à política, à história e à cultura, e ainda sofriam forte influência do clero, o que favorecia a nomeação dos profissionais por indicação. Desta forma, a educação era voltada às elites, para ensinar aos homens, os negócios, e às mulheres o cuidado com a casa e o cônjuge.

Já no período imperial (1822-1888) representado pela Independência do Brasil, a educação passa a ser apresentada sob uma nova perspectiva.

Em 1826, Januário da Cunha Barbosa apresentou um projeto defendendo a Educação como dever do Estado, bem como a ampliação da quantidade de escolas, com todos os níveis de ensino para atender à demanda nacional, inclusive ofertando escolas de preparação para professores. Em 15 de outubro de 1827, criou-se a lei que determinava a criação de escolas de primeiras letras por todo o território nacional, estabelecendo currículo e concedendo às meninas o direito de estudar (este foi o único documento geral instituído pelo Estado até o ano de 1946). Foi inaugurado, neste mesmo ano, o Observatório Astronômico no Rio de Janeiro e os cursos de Direito de São Paulo e Olinda; em 1831, a Escola Real das Ciências, Artes e Ofício passou a se chamar Academia Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro (MELO, 2012, p. 31).

Nota-se que, mesmo estabelecida em lei, a educação não conseguia alcançar a todos, uma vez que, havia a ausência de materiais didáticos e de profissionais que se dedicassem com exclusividade ao magistério, porque no contra turno trabalhavam em outros serviços para garantir o sustento dos familiares considerando que "[...] a educação era privilegio dos homens livres" (MELO, 2012, p. 32). Dessa forma, se mantinha seu caráter humanista, voluntarista e conservador.

Percebe-se assim, que as transformações ocorridas nesse período não visavam melhorias para a classe operária, uma vez que, investir na educação nunca foi prioridade do Império, pelo contrário, essas transformações visavam manter a boa relação com a elite intelectual e solucionar os problemas econômicos e políticos do

momento, o que permitiu que o Brasil permanecesse na posição de país dependente, tanto no quesito econômico quanto no cultural.

No período, da Primeira República a educação sofreu forte influência das ideias liberais³ considerando que:

A Constituição de 1891 determinava que a responsabilidade pela educação ficasse sob a responsabilidade dos estados, que incentivariam o ensino das ciências, artes e técnicas de trabalho, desvinculado do caráter religioso (MELO, 2012, p. 41).

Contudo, não foram todos os estados que conseguiram garantir a educação, tendo em vista, que nem todos tinham concentração de grandes capitais⁴, ou seja, algum recurso para o investimento na educação. A região sudeste, por ser grande produtora de café, possuía grandes capitais gerados pelas fazendas, conseguindo assim, garantir melhores condições para o desenvolvimento da educação, como estava estabelecido na constituição federal vigente à época. Mas houve quem discordasse desse modelo de gerir o ensino.

Benjamin Constant, militar e educador positivista, propôs uma reforma que visava romper com a tradição humanística clássica, priorizando os conhecimentos científicos, especialmente, a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia, a sociologia e a moral. Ele entendia que o objetivo maior do ensino deveria ser a formação humana, baseada na ciência. Discordava, então, da forma de pensar predominante no período imperial, segundo a qual a Educação deveria ser voltada, sob uma perspectiva humanista, quase que exclusivamente, para o ingresso no curso superior (MELO, 2012, p. 42).

Entretanto, essa proposta não se configurou como previsto, resultando apenas no acréscimo de disciplinas no currículo escolar, o que reforçou a ideia de uma educação articulada apenas às questões políticas e econômicas que se apresentavam naquele momento.

Sabendo que houveram muitos conflitos na Primeira República, alguns por conta da idealização de setores sociais que favoreciam o trabalho não braçal, isto é, defendiam a escolarização e formação, sabendo ainda que a economia da época advinha das grandes produções de café, deixando de lado os “*pequenos produtores*”⁵, surgiram manifestações contra essa república, tendo em vista que “[...] a educação

³ Segundo Behring (2009) as ideias liberais tem no “[...] seu principal sustentáculo o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado [...]” (BEHRING, 2009, p. 56).

⁴ Capitais aqui é entendido como um montante de dinheiro, recursos, orçamento.

⁵ Grifos nossos.

era destinada à elite dirigente. Não foram ampliadas as vagas nas escolas e não houve preocupação em melhorar a qualidade do ensino ofertado” (MELO, 2012, p. 45). Com isso, facilitou a derrubada desse período adentrando agora no que se denominava Estado Novo⁶ compreendido entre 1937 a 1945, caracterizado pelo golpe de estado e a ditadura imposta pelo governo de Vargas.

A educação referente a esse período sofreu mudanças significativas por ser considerada um grande contribuinte para o desenvolvimento do país. Como forma de garantir uma educação de qualidade à época, instituiu-se a Lei Maior de 1937 imposta como ordenamento legal do Estado Novo que dispõe o seguinte:

Artigo 125 — A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular” [...]Artigo 130 — O ensino-primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar, escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (GHIRALDELLI, 2001, p. 73).

Diante do exposto é possível afirmar que no período do Estado Novo havia uma transferência para os mais ricos da responsabilidade de financiamento educacional, assim como para com os mais pobres, mas em contrapartida, esta Constituição enfatizava a importância da ciência, bem como do ensino de arte, desde que se mantivesse pela iniciativa de associações ou figuras públicas, sendo obrigatoriedade do Estado apenas a garantia e gratuidade do ensino primário. Portanto, a predominância nesse período foi das escolas particulares, confessionais, regidas pela Igreja Católica.

Muitos outros processos aconteceram à educação durante esse percurso da história, os quais não detalharemos aqui. Entretanto, quando se analisa o período da Ditadura Militar (1964-1985) caracterizado por um governo autoritário e centralizado que exercia o controle sobre a sociedade, por meio da opressão, da repressão, do medo e da censura, infere-se que a educação passou por reformas, e isso significou rumos diferentes, sendo possível afirmar que é na contradição da realidade social, o

⁶ Na concepção de Lilia Schwarcz, o Estado novo configurava um regime autoritário modernizante e pragmático. Visava uma “sociedade autoritária controlada pelo Estado, e não apenas suas classes populares, envolvia, é claro, o estabelecimento de um sistema repressivo capaz de manter a tampa sobre o caldeirão e impedir a ebulição de qualquer atividade oposicionista.” (p. 826)

momento em que o Estado assume a responsabilidade de execução da Educação como uma política social.

Nesse período o direito à educação começa um processo de universalidade para toda a população brasileira, todavia, sem fundamentação teórico-crítica, bem como a retirada de disciplinas do currículo como a filosofia, a sociologia e a introdução da educação moral e cívica, impondo a lógica da punição e sob o controle das classes dominantes. E quando houve a resistência ao autoritarismo da ditadura militar, professores e estudantes foram presos, outros demitidos, julgados como comunistas, etc. Com isso, mais uma vez a “[...] educação apresentou características pragmáticas e tecnicistas, para atender as necessidades imediatas do mercado de trabalho, fornecendo principalmente mão-de-obra para as indústrias estrangeiras” (MELO, 2012, p. 75).

Nota-se assim que o “Golpe de 1964⁷” como ficou conhecido esse período, acabou por invalidar as tentativas de uma transformação na educação brasileira, quando a Lei 4.440/68, que extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE) e criou o salário-educação; a Lei 5.540/68, responsável pela Reforma Universitária; e a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº. 5.692/71” (MELO, 2012), entre outras legislações e modificações que permaneceram valorizando o sistema econômico bem como, capacitando o trabalhador para produzir trabalho, ou seja, ter mão de obra que atendesse a necessidade da expansão do capitalismo monopolista, enquanto que a capacidade intelectual e a produção de conhecimentos permaneceram em segundo plano.

A Lei 5.540/68 mencionada acima, representou o pontapé para a inserção das iniciativas privadas uma vez que, reproduzia o modelo educacional aplicado nos EUA, e desprezava a participação da comunidade civil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 5.692 instituída em 1971 tentava dar “[...] à formação educacional um perfil profissionalizante, capaz de preparar os alunos para as exigências do mercado de trabalho, para o sistema capitalista que regia a economia tanto nacional como a mundial” (DIORIO, 2012, p. 36), como descrito a seguir:

Art. 1º: O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas

⁷ De acordo com Melo (2012), o “[...] Golpe de 64” foi uma conspiração realizada em 1964, por militares articulados às elites, contra o governo João Goulart, visando conter a sociedade civil para evitar uma guerra, conseqüentemente estabelecer a ordem e, por estarem insatisfeitos com as reformas realizadas nesse período, bem como evitar que um governo comunista se instaurasse.

potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (MELO, 2012, p. 77).

O artigo primeiro da Lei de 1971, reforça assim o fato de que tanto quanto o trabalhador soubesse poderia ser melhorado para que se aproveitasse ao máximo a sua mão-de-obra. Partindo do suposto, compreende-se o período ditatorial como pano de fundo para inúmeros acontecimentos em vários setores, mas foi a partir de 1977 que o setor educacional brasileiro tomou novos rumos, em que a liberdade de pensamentos e ações tornou se possível concretizando um espaço de conscientização, contrapondo as ideias que seguiam até o momento.

Nos últimos anos de Ditadura Militar, os movimentos e manifestações resultaram no que se denominou “Diretas Já”⁸. A partir disso, a governabilidade do país tomou novos rumos com uma perspectiva democrática caracterizada pela aprovação da Constituição Federal de 1988 que determinava:

A manutenção do regime presidencialista; resgate das eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos; estabelecimento do direito de voto aos analfabetos; definição do prazo de cinco anos para o mandato de presidente; e concessão de maior liberdade ao cidadão (MELO, 2012, p. 81).

No que se refere à Educação Nacional, o marco mais importante foi a criação da Constituição Federal de 1988 – CF/1988, que anos após, articulada na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 reordenou os princípios, as diretrizes e as finalidades da educação, objetivando ofertar uma educação diversificada e de qualidade. Assim, essa nova constituição apresentava princípios, diretrizes e finalidades que se estabelecem até os dias atuais, como podemos observar a seguir.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I–igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II–liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III–pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV–gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V–valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI–gestão democrática do ensino público, na

⁸ Se configurou como um movimento político popular, no intuito de retomar as eleições diretas presidenciais. Teve início em 1983 a 1984 e mobilizou ações como comícios e a participação das pessoas nas ruas, principalmente representantes da sociedade civil. Ver <https://www.todamateria.com.br/diretas-ja/>.

forma da lei; VII–garantia de padrão de qualidade; VIII– piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2016, p. 123).

A partir da instauração desses novos princípios e diretrizes para a educação nacional, Melo (2012) sinaliza que proporcionaram inovações expressas nas práticas de gestão mais democráticas, profissionais e escolas com autonomia para gerenciar seu projeto pedagógico, bem como a ampliação de vagas e suportes para a permanência dos alunos na escola.

2.3 A educação enquanto direito garantido na Constituição Federal (1988)

Observou durante o percurso pela história da educação brasileira, que a política social está marcada historicamente pela exclusão/inclusão⁹, regionalidade, desigualdade e contrariedade, isto é, mesmo sendo foco de reivindicações coletivas atendia primordialmente aos mais favorecidos economicamente. Na especificidade da educação infantil, não se diferenciava. O Estado enquanto instituição administrativa se negava a ofertar uma educação formal às crianças de 0 a 6 anos. Elas eram tratadas por um olhar de assistência e caridade. Essa educação compreendia a destinação social, ou seja, era voltada para o atendimento aos pobres.

O conceito de educação infantil se dividia em creches e pré-escolas que surgiram no contexto de emergência do capitalismo. As creches se destinavam a atender filhos/as de mulheres no mercado de trabalho, ou seja, um espaço para deixarem seus filhos/as sob supervisão de organizações assistenciais para irem trabalhar. Já as pré-escolas eram destinadas aos filhos/as da autocracia burguesa¹⁰, sendo organizada por instituições educacionais com fins lucrativos.

Conforme Costa (2004, p.01):

⁹ O binômio apresenta uma situação contraditória que está para além do processo posto. Ou seja, se por um lado inclui de alguma forma, automaticamente exclui de outra. E assim acontece na dialética da sociedade capitalista.

¹⁰ A autocracia burguesa, é um termo utilizado por autores marxistas no Brasil a iniciar com Florestan Fernandes para explicar e criticar a estrutura social brasileira, que se baseia em um governo centrado aos interesses de uma classe e no caso brasileiro da burguesia dependente. (SANTOS, 2022 em processo de orientação).

O atendimento à criança de zero a seis anos de idade, no Brasil, tem experimentado significativas mudanças no decorrer dos últimos vinte anos, marcadas não apenas pelos movimentos sociais organizados, reivindicadores de creches e pré-escolas, mas inclusive pela promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), na qual a criança é reconhecida em sua cidadania e, portanto, como sujeito de direitos (COSTA, 2004, p.01).

A partir desse reconhecimento da cidadania, essa perspectiva de mudanças demonstra a importância dessa fase para o desenvolvimento efetivo da criança, portanto a CF/88 articulada a outras legislações que abordam e garantem a educação infantil como um direito, reiteram a sua importância como ensino obrigatório e universal independente de raça, classe ou etnia. Portanto, até chegar ao modelo atual ela sofreu alterações significativas para se efetivar como direito social garantido na CF de 1988. Nessa carta:

A educação não veio contemplada apenas no seu local próprio, no tópico específico destinada a ela, mas veio também espalhada em outros tópicos. Assim, no título sobre direitos e garantias fundamentais, a educação apareceu como um direito social, junto da saúde, do trabalho, do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância, da assistência aos desamparados (GHIRALDELLI, 2001, p. 169).

Essas alterações em relação a educação como direito, romperam com a perspectiva tecnicista adentrando numa perspectiva crítica e de emancipação humana¹¹. Desta forma, a educação é compreendida como o meio que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento da cidadania¹². É na instituição escola, em que se pode considerar a porta de entrada, ou grande símbolo da política de educação, que contribui para a alfabetização e o ensinamento de valores sociais e culturais bem como outros aspectos da vida cotidiana e em sociedade. Conforme o artigo 205º da CF de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2016, p. 123).

¹¹Diz respeito ao fim da alienação, fim do poder da propriedade privada e do dinheiro e garante a liberdade real e concreta de todos os homens.

¹² Conforme Pais (2005), a cidadania é “uma ideia virada para o futuro, tendo em conta a realidade do presente. E o que a realidade do presente nos diz é que, se a ideia de cidadania continua associada à defesa de direitos universais, um dos mais relevantes desses direitos é, sem dúvida, o tão reclamado direito à diferença” (PAIS, 2005, p. 53-4.).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) em seu artigo 53º, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) também reiteram o direito à educação, bem como a permanência na escola, enfatizando a contribuição da família, do Estado e da sociedade na efetivação do mesmo. Entretanto, é necessário considerar o contexto social em que se desenvolve essa política para que tal aconteça como previsto nas legislações, tendo em vista que ela acontece num contexto atravessado pelas contradições do modo de produção capitalista, expressas na forma de pobreza, fome, desemprego, falta de acesso aos direitos, condições insalubres de moradia, entre outros. Logo, fica evidente que “[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *auto mudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (MÉSZAROS, 2008, p. 65 – grifos originais do autor).

Em conformidade aos aparatos legais já mencionados, é notório que a educação enquanto direito social foi uma conquista por meio de árduas lutas coletivas e tem como prioridade a efetivação da dignidade humana.

Na década de 1990, a educação uma das mais importantes manifestações de políticas sociais, assume caráter contraditório pois, embora se afirme como política social universal, também passa a ser orientada pela lógica da focalização. Assim sendo, assegura o acesso e permanência de grupos socialmente mais vulneráveis dispersando a atenção às questões da universalização. Todo esse processo ocorre em consequência das reformas educacionais em curso desde os anos de 1990.

[...] a reforma da educação básica, realizada no Brasil a partir do início dos anos 1990, que teve como principal objetivo a expansão da escolaridade, focalizou o ensino fundamental, por meio de políticas de planejamento e financiamento, tais como o Fundef, criado pela Lei 9.424/96 e o Plano Nacional de Educação – PNE, transformado em Lei, sob o n. 10.172, de janeiro de 2001, que atribuem prioridade aos indivíduos entre sete e 14 anos. O ensino fundamental, durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, foi a única etapa da educação básica que contou com financiamento seguro. Além dos recursos anuais do referido fundo, contou ainda com verbas do salário-educação e outras formas especiais de financiamento, como o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, o Fundescola e outros programas inseridos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (OLIVEIRA, 2005, p. 37).

Assim, a luta pela democratização da educação como direito público e universal, se reduz a mera política de assistência social precarizada e focalizada, permeada pelas contradições imposta no modo de produção capitalista, caracterizado

pelo processo de exploração do homem pelo homem, se configurando como mecanismo de controle econômico e político que visa preparar o homem apenas para produzir economicamente.

Contudo, a educação ainda está para além desses processos.

A educação deve formar o homem integral, [...] indivíduos capazes de pensar com lógica, de ter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta. Portanto, pessoas criativas, participativas e críticas (TONET, 2016, p. 78).

Dessa forma, o homem deve ser o sujeito da sua própria história, bem como da sua própria educação, afinal educar é um processo em que todos devem estar articulados, visando a garantia com efetividade de uma educação de qualidade, mesmo em tempos tão adversos de política neoliberais retrógradas.

2.4 O neoliberalismo e a política de educação nos governos do PT

O neoliberalismo, nascido após a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, em que impera o capitalismo, é uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Consiste em enfraquecer o Estado diminuindo sua participação na economia. É ainda a defesa da mínima cobrança de impostos, bem como a privatização dos serviços públicos, entre outros. Com isso, entende-se o neoliberalismo como uma forma de “manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 2008, p. 2).

O conceito de neoliberalismo não é dado por acabado. Há concepções teóricas diferentes em cada autor. Para Ianni (1998, p. 28):

O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais (IANNI, 1998, p. 28).

Ou seja, é sob a ótica neoliberal que se instaura a competitividade, com vistas a acumulação do capital. Assim, o Estado passa a atuar apenas como mediador das forças econômicas sem ter a obrigatoriedade de arcar com suas funções específicas voltada aos direitos sociais.

Nesse sentido, o período caracterizado como dos governos do PT, é considerado o cenário de grandes transformações na educação brasileira, em especial no ensino superior, bem como em outros setores também, principalmente entendendo que o neoliberalismo e as políticas do Banco Mundial (1990), continuaram nos governos do PT e se acentuam nos dias atuais, impondo desafios como o projeto neoliberal de educação com suas iniciativas e tendências de privatização e mercantilização.

Tais tendências, atuam sobre a concepção de educação como direito e, impõem configurações à intervenção do Estado nas políticas sociais em especial na política de educação superior. Mas, não podemos desvincular a política de educação do neoliberalismo, uma vez que essa política social sofre os tensionamentos de um projeto que contribui para o agravamento das desigualdades sociais existentes através da reprodução da ideologia das classes dominantes.

Embora, estabelecidos princípios e diretrizes nas legislações que amparam a política educacional, ainda há um número significativo de alunos sem acesso à educação, o que contribui para o aumento das desigualdades sociais no país. No período já mencionado:

Houve ampliação do número de vagas e matrículas nas escolas, mas ainda é baixa a qualidade do ensino. Em 2002, uma avaliação revelou que 59% dos estudantes que concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental não dominavam a leitura e a escrita. Ainda apresentamos um índice de reprovação nas primeiras séries do ensino fundamental três vezes maior que a da América Latina (5,6%). O “fracasso escolar” ainda não foi superado. A solução para este problema envolve fatores internos e externos à escola. Dentre os fatores internos, podemos destacar o elevado número de reprovações, a falta de material didático-pedagógico, o despreparo dos professores (MELO, 2012, p. 90).

Já no ano de 2004, houve a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), programas que oferecem, até hoje, formas de acesso ao ensino superior aqueles que não têm condições financeiras de arcar com esses gastos. Essa criação e expansão das instituições de

ensino é permeada por contradições que hoje são expressas na forma de privatização e mercantilização do ensino, transformando em mercadoria um direito social. Assim:

[...]constata-se que o Estado, tendo ideológica e operacionalmente dificuldade de apostar no investimento maciço na educação superior, tem buscado, via políticas focais de curto alcance - Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), garantias de alguma igualdade de condições de acesso, mas que não prevê em igualdade de condições de permanência e, em especial, de sucesso no mercado de trabalho (SGUISSARDI, 2015, p. 869).

Embora estes programas tenham alavancado o setor privado mercantil da educação promovendo a utilização e transferência de recursos do fundo público para a iniciativa privada, comprometeram o financiamento do setor público educacional, demarcando uma expansão da educação pública caracterizada pela precarização, massificação e mercantilização. Vale ressaltar que esse processo acontece, de forma majoritária, através do EaD, um ensino aligeirado, sem garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão, aplicando apenas uma formação instrumental de preparação da força de trabalho para o capital.

Assim, na concepção de Sguissardi (2015), a transformação de um direito em mercadoria, se dá no interior de um Estado que se ajusta aos ditames do neoliberalismo, do capital e, muito embora se apresente como sinônimo de interesses públicos, representa os interesses da burguesia, os interesses privados. Esse processo generaliza a educação como mercadoria e enfatiza quão lucrativo tem sido esse setor, embora não ofereça uma política pública consistente que compita quantitativamente com a oferta da iniciativa privada, favorece a precarização do ensino e colabora para o alavanque do setor privado mercantil.

3 O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO EDUCACIONAL

3.1 Trajetória Histórica do Serviço Social

Para análise desse tópico, é válido reafirmar que o Serviço Social teve vários pressupostos histórico e teóricos afim de chegar à perspectiva que temos hoje. Entretanto, o processo de institucionalização do Serviço Social segundo Iamamoto e Carvalho:

[...] se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 77 grifos do autor).

Assim sendo, a gênese da profissão está relacionada ao contexto das grandes mobilizações por parte da classe operária, nas primeiras décadas do século XX, considerando que as desigualdades sociais, em evidência nesse contexto, requerem a intervenção tanto do Estado quanto dos donos do capital, e da igreja católica.

A profissão inicia seu processo de institucionalização, com a função primeira de servir a classe dominante, entretanto, também age como mediadora de conflitos entre burguesia e proletariado; as classes de interesses antagônicos que constituem o modo de produção capitalista.

Por isso, se embasa em obras sociais que, começaram a surgir juntamente ao processo de industrialização, quando emergiam grandes mobilizações da classe trabalhadora nas décadas de 1930 a 1940, como também uma gama de apreensões e contradições em suas múltiplas formas, ou nas palavras de Iamamoto (2001, p. 10) “[...] uma expressão ampliada das desigualdades sociais” do capitalismo no Brasil, - denominada “Questão Social¹³” que, necessitavam de ações interventivas por parte do Estado. Entretanto, a igreja católica era quem intervia nessas desigualdades sociais, contribuindo significativamente no processo de ascensão do Serviço Social

¹³ Segundo Iamamoto (2000, p. 27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

desde sua fundamentação teórica até o fazer profissional, mantendo uma ligação com as noções de filantropia e caridade datadas desde o período colonial.

A vinculação ao pensamento social da igreja se deve a vinculação dos assistentes sociais da época com os movimentos católicos, fazendo assim com que o Serviço Social, naquele momento, trabalhasse com valores morais pautados na ideologia franco belga e no pensamento de São Tomás de Aquino, caracterizados pelo método do ver, julgar e agir. Com isso, reforçava o caráter conservador da época, que era amparado pelas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Sobre as encíclicas, Yazbek aponta que a:

Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891, vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social na sociedade moderna e a “*Quadragesimo Anno*” de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da “*Rerum Novarum*” vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja (YAZBEK, 2009, p. 4).

A Ação Social da Igreja, foi uma das primeiras atividades caritativas a serem realizadas. Essas atividades se davam em duas instituições assistenciais: “em 1920, no Rio de Janeiro, a Associação das Senhoras Brasileiras e, no ano de 1923, a Liga das Senhoras Católicas, em São Paulo” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 166). Essas instituições visavam envolver mais direta e amplamente as famílias da grande burguesia paulista e carioca e evidenciar a militância dos seus elementos femininos. Para além dessas instituições assistencialistas, houveram outras que contribuíram significativamente.

O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil, surge em 1932 com o incentivo e sob o controle da hierarquia. Aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica – especialmente da primeira – de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 168).

É a partir do trabalho dessas instituições que os fundamentos do Serviço Social passam a ser repensados, uma vez que, este configurava-se como prolongamento da Ação Social e veículo de doutrinação e propaganda do pensamento da igreja católica, tratando de uma intervenção com ações sócio educativas de cunho moralista, ações ideológicas de ajustamento das relações sociais e controle da classe trabalhadora.

Por conta do aumento dos conflitos entre burguesia e proletariado, o Estado assume parceria com a igreja católica na tentativa de melhorar as condições de vida dos indivíduos, por meio de ações de repressão mantendo o controle sobre eles. Mas é a partir de 1940 com a segunda Guerra Mundial, quando essas ações repressivas já não dão conta de manter a ordem social que vê se a necessidade de tecnificá-las. O que possibilita a especialização das primeiras assistentes sociais nos EUA, aproximando assim o Serviço Social Brasileiro do Serviço Social Norte Americano, fundamentado nas ideias de Mary Richmond, que desenvolvia o Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, baseado no ajustamento do indivíduo à realidade na qual estava inserido (DIORIO, 2012).

Diante do exposto, entende-se que desde a efervescência do processo de industrialização no Brasil, quando a igreja católica e instituições assistenciais eram responsáveis pelos cuidados, ensinamentos e assistencialismo para com o operariado fabril, até o momento atual, a profissão passou por vários processos, tendo no Movimento de Reconceituação¹⁴ o mais importante.

O Movimento de Reconceituação se gestou no contexto de Ditadura Militar latino-americana, e no Brasil os serviços de atendimentos à classe trabalhadora empobrecida ficavam à cargo de entidades como a Liga Brasileira de Assistência - LBA e a Fundação de Bem-Estar do Menor - FUNABEM. Foi um momento do Serviço Social em que é repensada a prática profissional voltada para um olhar crítico da realidade social, pois a época, a atuação dos profissionais era de forma paliativa e assistencialista, reforçando o que pregava a autocracia burguesa e evidenciando a subalternidade dos profissionais como mero executores de políticas públicas.

Em outras palavras, a partir de Yazbek (2009) pode se compreender que:

[...] Reconceituação questionava o papel dos Assistentes Sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os reais interesses e necessidades da população [...]. Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, está fundamentada no grande monopólio internacional (YAZBEK, 2009, p. 8).

¹⁴ O movimento de reconceituação do Serviço Social - emergindo na metade dos anos 1960 e prolongando-se por uma década - foi, na sua especificidade, um fenômeno tipicamente latino-americano, dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu modus operandi (IAMAMOTO, 2000, p. 205).

Note que com a reorganização da sociedade por parte do Estado nesse período, o país inteiro sofreu mudanças que repercutiram no Serviço Social. Tanto a prática quanto a formação profissional apresentavam agora demandas, que exigiam um profissional com novas perspectivas e uma postura que acompanhasse as mudanças e atendesse as exigências dessa nova sociedade. Tais mudanças também refletiram na inserção do Serviço Social nas universidades, expandindo assim o ensino, que antes se dava apenas em escolas isoladas, pautadas no moralismo.

Ademais, é por conta desse leque de mudanças no contexto da DM que surge o processo de renovação da profissão. Sobre isso, Paulo Netto (2005, p. 131) elucida:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constrações da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. [...] a renovação implica a construção de um pluralismo profissional radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem (PAULO NETTO, 2005, p.131).

Noutras palavras, a construção do pluralismo profissional é visivelmente impactada pela renovação do serviço social, tendo em vista que possibilita aos profissionais uma visão crítica da própria atuação bem como da sociedade como um complexo de mediações. Por isso é apresentado nesse processo de renovação três perspectivas norteadoras. Na primeira delas, a modernizadora, o foco era buscar o avanço técnico da profissão com vistas a assumir, com eficiência uma ação profissional moderna (SILVA, 2002).

Para se concretizar desta forma, a renovação fundamentou o esforço da categoria profissional na articulação teórico-prática da profissão expressas nos seminários de Araxá (1967), no seminário de Teresópolis (1972)¹⁵, Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984), pensando a prática e sua interlocução com a teoria, considerada crucial para que o assistente social exerça seu papel com qualidade, e já introduzindo desde 1970 a perspectiva marxista no Serviço Social brasileiro. Nesses seminários o aperfeiçoamento dos procedimentos técnicos e metodológicos, bem como do instrumental operativo, fora a maior preocupação dos profissionais que estiveram presentes.

¹⁵ Para fins de melhor compreensão, ver Paulo Netto, 2005. Ditadura e Serviço Social.

Mais adiante houve uma nova perspectiva, a reatualização do conservadorismo, designada por Paulo Netto (2005, p. 157) como:

[...] uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (PAULO NETTO, 2005, p.157).

Essa perspectiva apresentava novas características na intervenção profissional que até o momento ainda revelava traços do pensamento católico tradicional, mantendo em seu seio algumas práticas conservadoras.

Já a última perspectiva, identificada como intenção de ruptura, é contraditória as demais, vai de encontro às lutas da classe trabalhadora e põe em debate o caráter político da profissão, numa perspectiva crítico-dialética, com abertura e visibilidade para os movimentos sociais organizados, sendo considerada uma primeira aproximação com o marxismo. É a partir de então que a profissão redefine a sua fundamentação teórico-metodológica e o seu projeto ético-político.

Vale ressaltar ainda que dentre os principais debates do Serviço Social, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS¹⁶ - especificamente o III, conhecido por Congresso da Virada no ano 1979, foi um marco histórico no processo de renovação e transformação do Serviço Social enquanto profissão, visto que é neste que se aprofundam as críticas ao conservadorismo e ao sistema capitalista, visando um compromisso ético com a classe trabalhadora e a transformação da sociedade como um todo.

¹⁶ De 23 a 27 de setembro de 1979, em São Paulo, no Centro de Convenções do Anhembi, ocorria o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais CBAS, que ficou conhecido como "Congresso da Virada", pois ocorreu num contexto histórico marcado ainda pela luta contra a ditadura e em defesa da abertura democrática. Nesse contexto, um coletivo de profissionais, fizeram história ao apresentar novos rumos ao projeto profissional do Serviço Social Brasileiro. O III CBAS é então um marco histórico e político na nossa profissão e deve ser amplamente conhecido, tendo em vista a atual necessidade de reafirmação do direcionamento profissional, diante de uma conjuntura ultraconservadora que nos convida a refletirmos sobre o processo de reconceituação que ocorre constantemente no cotidiano profissional. Disponível em: <http://www.cress16.org.br/noticias/40-anos-do-congresso-da-virada-1979>. Acesso em: 08/03/2022.

3.2 Serviço Social e os desafios na contemporaneidade

Antes de adentrar ao tema específico é necessário salientar que vivemos tempos difíceis, que demandam força e coragem para o enfrentamento aos desafios postos “para todos aqueles que vivem do trabalho: para a defesa do trabalho e para a organização dos trabalhadores” (IAMAMOTO, 2006, p. 18). Num mundo globalizado em que o capital financeiro e as forças do mercado mandam e desmandam, novas formas de gerenciar o mundo do trabalho vão surgindo e, com elas, a precarização das formas de trabalho, as demandas sobranes, o aumento da pobreza, tudo inter-relacionado à globalização.

Como afirma lamamoto (2006, p. 18):

[...] a pauperização e a exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação, da produção e do mercado globalizado (IAMAMOTO, 2006, p. 18).

Todo esse processo que se dá em torno do mundo do trabalho, chama o profissional de Serviço Social a intervir nas desigualdades sociais que surgem e, para tanto o assistente social deve estar amparado pelas legislações¹⁷ que regulamentam a profissão.

Esse profissional, nesses novos tempos, é convidado a desenvolver uma ação profissional desburocratizada, com consciência crítica e reflexiva. Nas palavras de lamamoto (2006, p. 20):

[...] Uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (IAMAMOTO, 2006, p. 20).

Mas, é necessário que tal profissional tenha conhecimento, bem como ponha em prática os direcionamentos apontados nos princípios estabelecidos no Código de Ética Profissional de 1993. Porém, Figueira-MC Donough (2007) apud Faleiros (2011, p. 755) assinala que “[...] além dos princípios liberais da liberdade e da igualdade, o Serviço Social deve articular a autonomia individual com a promoção da justiça social,

¹⁷ Código de Ética do/da Assistente Social (1993); Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e Diretrizes Curriculares da Abepss (1996) -Projeto Ético Político do Serviço Social.

na perspectiva dos direitos a liberdade e igualdade”. Sobre essa ótica, Iamamoto reitera que:

[...] O Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país (IAMAMOTO, 2009, p. 04).

Assim, a profissão tem seu direcionamento a partir desses princípios estabelecidos no Código de Ética Profissional (1993), bem como na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93). Tais princípios apontam para:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p. 23-24).

É então a partir desses princípios que, os profissionais do Serviço Social têm um direcionamento crítico para a realização do seu fazer profissional, articulando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com vistas a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por meio da dimensão teórico-metodológica o profissional possui capacidades para a da realidade, compreendendo o método e as teorias e relacionando-as com a prática do Serviço Social. Portanto, este profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural em que se insere. Cabe a ele um intenso rigor teórico e metodológico que o possibilite enxergar a dinâmica da

sociedade para além do que está posto, buscando apreender a partir desse movimento, possibilidades de construir novas possibilidades profissionais.

A dimensão ético-política, trata-se das normativas que regulamentam a profissão, considerando primordialmente as competências e atribuições do Serviço Social. Essa dimensão se pauta no compromisso ético-político necessários a materialização da ação profissional a partir da compreensão desse papel na sociedade. Portanto, Barroco (2019, p. 54) assinala que:

Embora os valores e princípios éticos do Serviço Social tenham como referência o código de ética, é necessário compreender que a ética profissional não se restringe a esfera legal. A ética é uma mediação que perpassa por todas as relações sociais (BARROCO, 2019, p. 54).

Sendo assim, a ética profissional se materializa através da prática profissional, que acontece na inserção dos assistentes sociais no espaço sociocupacional.

Quanto a dimensão técnico-operativa, Guerra (2019) apresenta como primordial pois, embora a profissão necessite da articulação às demais dimensões é nessas em específico que se materializa, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, afinal é aqui que se definem estratégias, técnicas, instrumentos e ações para a realização do trabalho profissional. Assim, a dimensão técnico-operativa não se reduz a instrumentos e técnicas, mas é essencialmente aos conhecimentos para manipular diversos recursos a fim de materializar suas ações profissionais.

Partindo dessa premissa, infere-se que o Serviço Social enquanto profissão “[...] interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais” (MARTINS, 2007, p. 185). Pode ainda ser definido como um campo marcado por correlações de forças entre o Estado e a sociedade, numa luta pela afirmação de direitos, sendo assim requisitado pelo próprio Estado para mediar e intervir nessas relações, que se dão na divisão social e técnica do trabalho. Sendo esta permeada por diversas expressões/manifestações da Questão Social, amplia-se assim o mercado de trabalho para o profissional de Serviço Social.

Conforme Iamamoto (2000) e Paulo Netto (2005) o Serviço Social se institucionalizou como profissão, na perspectiva de atender as necessidades postas pelo modelo de sociedade organizada em que vivemos. Para tanto, é necessário que esteja amparado por legislações próprias e tenha seu direcionamento a partir do CEP (1993).

O Código representa a dimensão ética da profissão, com seu caráter normativo e jurídico, delinea referenciais para o exercício profissional, define direitos e deveres dos assistentes sociais, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade do trabalho desenvolvido. Ele expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia em seus princípios fundamentais o compromisso ético-político assumido pela categoria (PIANA, 2009, p. 187).

Diante disso, o profissional de Serviço Social assegurado de suas competências e atribuições pode contribuir no desenvolvimento de estratégias que atendam as demandas que lhes são postas em seus espaços de trabalho. Para além disso, por ser direcionado numa perspectiva crítica de análise da realidade posta, é capaz de criar mediações¹⁸ que articuladas entre si, o auxiliam no enfrentamento as expressões da Questão Social.

Considerando sua capacidade de reflexão crítica, o Serviço Social é chamado a ocupar novos espaços de trabalho, e a política educacional configura um desses espaços, pois é em 1980, a partir do rompimento com um Serviço Social conservador e com a delimitação de novas perspectivas críticas para a profissão, que o contexto educacional ganha visibilidade como objeto de intervenção. Assim sendo, se faz necessário compreender como o profissional de Serviço Social pode contribuir na política de educação, entendendo que sua atuação é permeada pela dinâmica das relações políticas e institucionais travadas pela categoria profissional na própria dinâmica da sociedade brasileira (ALMEIDA, 2020).

Diante disso, no seu espaço ocupacional, o profissional lida com as dimensões objetivas e subjetivas dos sujeitos, portanto, Iamamoto (2009, p. 25) assinala que:

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (IAMAMOTO, 2009, p. 25).

Partindo do fragmento supracitado, nota-se que a educação enquanto parte constitutiva da vida social impõe desafios aos assistentes sociais, por ser esta política um espaço permeado por embates e relações antagônicas das classes, bem como por uma fração das classes sociais mais pobres. Mas, cabe ao profissional do Serviço

¹⁸ Sobre o tema ver Martinelli (1993, p. 136).

Social por meio de mediações, garantir o acesso e a permanência dos sujeitos a esta política, tendo em vista que:

O trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (CFESS, 2011, p. 38).

Complementando a ideia citada, o CFESS na posição de entidade representativa da profissão assegura que:

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar (CFESS, 2001, p. 12).

Portanto, o profissional de Serviço Social deve estar pautado e amparado pelas legislações da profissão, articulando as competências e atribuições que são expressas no CEP (1993) tendo clareza dos desafios postos e, compreensão acerca do significado da educação como um ato de criticidade perante a sociedade e, não apenas, aquisição de conhecimentos para que assim desenvolva ações crítico reflexivas, de cunho socioeducativo para contribuir na efetivação dessa política. Assim, o exercício profissional do assistente social na política de educação exige um arcabouço teórico-metodológico capaz de articular as três dimensões da profissão de forma a operacionalizar as condições para materializar a intencionalidade das ações.

Deve ter a garantia de condições técnicas e éticas de trabalho, previstas na Resolução CFESS 493/2006, para que possa cumprir com responsabilidade e compromisso as atribuições, as competências, o que exige autonomia técnica e garantia do sigilo profissional no atendimento à população usuária (CFESS, 2011, p. 29).

Sendo assim, a partir de Martins (2007) a inserção desse profissional na política de educação, visa uma alternativa construtiva capaz de articular educadores e usuários da escola pública com vistas a transformação histórica da escola para tornar a política de educação mais democrática e igualitária. Este deve exercer a profissão

numa ótica emancipatória capaz de possibilitar aos indivíduos sociais desenvolver suas habilidades e ao mesmo tempo:

[...] buscar ampliar o horizonte político-pedagógico das abordagens individuais e grupais voltadas para discussões temáticas, muitas vezes limitadas aos processos de valorização e reconhecimento do protagonismo dos sujeitos sociais que atuam na educação escolarizada, mas sem o estabelecimento de vínculos mais orgânicos com os conhecimentos e ações coletivas produzidas nas instâncias de controle social, nos fóruns vinculados às demais políticas públicas e na consolidação da esfera pública (CFESS, 2011, p. 46-47).

Diante disso, o CFESS (2011) apresenta dimensões que particularizam a inserção do assistente social na política de educação. A primeira dimensão trata do processo de garantia do acesso e permanência na educação escolarizada, levando em consideração as particularidades de cada nível de escolaridade. A segunda, a garantia da qualidade da educação escolarizada ofertada, considerando critérios teóricos, políticos e ideológicos de forma a contribuir para a emancipação humana, bem como para a disseminação de valores éticos e práticas de respeito às diversidades.

Nota-se assim que o objetivo principal da inserção desse profissional no campo educacional é desenvolver ações que envolvam a coletividade nos estabelecimentos educacionais, bem como materializar suas competências e atribuições nos diferentes espaços em que atuam, na perspectiva de concretizar, consolidar e ampliar os direitos já previstos nas políticas sociais, uma vez que, só a abordagem individual, isolada, não esgota a capacidade de enfrentamento às situações de vulnerabilidade¹⁹ que demandam de intervenção profissional.

Sobre as competências, o artigo 4º da Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993), permite ao profissional de serviço social utilizar de sua relativa autonomia crítica para elaborar, implementar, avaliar, encaminhar providências, etc., relacionadas às políticas sociais e às instituições ditas empregadoras. Assim sendo, aprofundar o debate acerca da relação entre o Serviço Social e a política de educação é fundamental para construir a autonomia profissional nesse espaço sócio-ocupacional de atuação, entendendo que para tal, o profissional deve manter-se

¹⁹ A vulnerabilidade implica uma situação de risco; significa que pessoas e/ou comunidades estão numa situação de fragilidade – seja por motivos sociais, econômicos, ambientais ou outros – e por isso estão mais vulneráveis ao que possa advir dessa exposição.
Disponível em: <https://ddesenvolvimento.com/portfolio/vulnerabilidade>.

atento as configurações da sociedade que apresentam constantemente novas configurações da questão social, além de ter uma reflexão crítica e, conhecimento da realidade social como um processo dialético em constante transformação.

3.3 A instituição escola

A instituição escola é uma extensão da família pois, é nela que a criança compartilha boa parte da sua vivência, assim como expande suas relações interpessoais. Entretanto, nem sempre esse espaço é acolhedor e tranquilo pois, querendo ou não a escola está para formar um indivíduo que atenda às necessidades da classe burguesa.

Essa instituição é essencialmente definida como uma construção histórica e humana, o que a torna flexível e dinâmica em maior ou menor proporção, sendo capaz de construir ou alterar uma dada realidade social. Uma primeira aproximação a tal ideia, é a escola em sua dimensão material, “professores e alunos ensinando e aprendendo, espaços escolares tais como salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, pátios e quadras” (NADAL, 2011, p. 140). Assim, essa instituição tem a função de organizar o ensino de maneira que este prepare o indivíduo para as exigências da vida social.

A escola não apenas recebe como também exerce influência social por meio de um papel que não é neutro, mas intencional e político, já que a partir de suas escolhas contribuirá para a construção de uma dada sociedade (NADAL, 2011, p. 140).

Diferentemente dessa concepção, a idealização de escola para Diorio (2012, p. 62) consiste numa:

Escola que não hipoteque o futuro do jovem e não constanja a sua vontade, a sua inteligência, a sua consciência em formação a mover-se dentro de um trilho com direção pré-fixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa e não uma escola de escravidão e mecanicidade (apud GRAMSCI, 1975, p. 82).

Essa idealização da escola, deve ser um espaço em que o aluno tenha a completa liberdade de expressão de sentimentos e opiniões, em busca da emancipação plena, bem como do seu desenvolvimento pessoal e intelectual, por meio da educação, portanto, a convivência deve ser de tal maneira entre educando e

educadores(as) que todos os saberes juntos virem sabedoria (FREIRE, 1996), e não apenas busquem por conhecimentos específicos que atendam simplesmente às demandas do capital e do mercado, afinal:

A educação precede a criação do sistema educacional. A instituição escolar é criada na medida em que a sociedade sente a limitação da educação realizada no interior das famílias e da comunidade e vê a necessidade de educar as crianças não apenas em relação à aprendizagem da moral, da religião e da profissão, mas também para a aprendizagem do conhecimento que decorre das ciências. Logo, a sociedade busca instituir a escola na medida em que lhe atribui e encomenda uma função e lhe atribui uma existência oficial, jurídica e material (NADAL, 2011, p. 144).

Em consonância ao citado acima, Tragtenberg ressalta que:

Uma escola fundada na memorização do conhecimento, num sistema de exames que mede a eficácia da preparação, nada provando quanto à formação durável do indivíduo, desenvolve uma pedagogia “paranoica”, estranha ao concreto, ao seu fim. Quando falha, “interpreta” esse evento como responsabilidade exclusiva do educando (TRAGTENBERG, 2018, p.186).

Por conta disso, Freire (1996) faz a crítica ao ensino bancário, uma vez que, este leva tanto o educando quanto o educador a perder sua criatividade. Em contrapartida, ressalta que pelo modo como lhe foi transferido o conhecimento, este educando/educador pode superar esse “bancarismo²⁰”. Por isso, a escola é considerada um espaço que atende as demandas do capital, e não há nesse ambiente um esforço para trabalhar a coletividade, nem sobre valores e moral. Assim sendo, abre espaço para o aumento de instituições privadas que acirram a discriminação e a seletividade no que se refere ao acesso a um direito que é de todos.

A escola como está, é um instrumento fundamental usado pelos governantes para assegurar que seus interesses sejam preservados. Em toda sua trajetória escolar, a criança cada vez mais se distancia de seus interesses naturais, pois, ao final, o que importa é se a criança foi aprovada ou não. A produção do conhecimento que deve levar em consideração o que cada um tem de natural devendo dar espaço a produção intelectual que mais convém, e que mais será útil na sua vida adulta, sempre visando atender aos que detêm o poder (DORIO, 2012; p. 64).

Por outro lado, a escola é tida como um espaço de formação e socialização, e vale ressaltar que:

²⁰ Grifos do autor.

[...] Por mais que tenha sofrido críticas ao longo de sua existência, e mais recentemente por setores que resistem em reproduzi-la como aparelho de reprodução ideológica do Estado, a escola continua, desde seu surgimento no século XII até os dias de hoje, existindo como um dos mais importantes centros de difusão da cultura humana (SANTOS, 2019, p. 4).

Mas, é nesse espaço de críticas e reprodução ideológica que as relações sociais são determinadas, estabelecendo força e dominação dentro das escolas, uma vez que este espaço fomenta a troca de saberes, assim como possibilita a formação, a instrução e o processo de resistência política. Entretanto, no cotidiano escolar, os profissionais que neste se inserem se deparam com uma gama de desafios desconhecidos por eles. Lidam com situações e realidades que enfatizam diversas expressões da questão social. Todavia, não conseguem apreender a dinâmica dessas realidades e acabam por camuflá-las.

É nessa perspectiva que, embora sem condições de solucionar as dificuldades presentes:

A família é ainda a principal instituição responsável pela formação dos cidadãos do futuro. Por isso, é importante a participação dos pais na vida dos filhos e sua contribuição com outras instituições, no caso a escola, que vem complementar a tarefa de socializar as crianças e adolescentes preparando-os para a convivência em sociedade (DIORIO, 2012, p. 65).

Nesse entendimento, apreender a escola como um ambiente de formação, e a educação como uma prática social, requer a inserção de outras categorias profissionais nesse espaço, na perspectiva de articular respostas às demandas e manifestações da questão social, que são consideradas o objeto de estudo e intervenção dos profissionais de Serviço Social.

3.4 Lutas e conquista da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS na inserção do Assistente Social na Educação

Historicamente, o Serviço Social tem uma trajetória de lutas e conquistas bem extensa, afim de organização da categoria profissional. A ABEPSS²¹- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social juntamente com o Conselho

²¹ A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é uma entidade Acadêmico Científica que coordena e articula o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós graduação. Dentre os seus princípios fundamentais está a defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/quem-somos>. Acesso em: 18 fev. 2022 às 13:58.

Federal de Serviço Social - CFESS e Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, tem um histórico de ações políticas que faz parte dessa trajetória de articulação dos propósitos desses profissionais.

Considerando que há uma infinidade de possibilidades para a atuação do profissional de Serviço Social na política de educação, é válido abordar algumas ações já desenvolvidas pelas entidades representativas²² a partir de 2000, a fim de organização, inserção e consolidação dessa categoria.

2000: produção do Parecer Jurídico 23/2000, elaborado pela Dra. Sílvia Terra, assessora jurídica do CFESS, sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio, relacionando a pertinência da inserção do Serviço Social na educação a partir das atribuições atinentes à atividade profissional respectiva, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993 e também das possibilidades legais dos projetos de lei para a implantação do Serviço Social nas escolas e sua regulamentação nas instâncias de poder municipal e estadual

2001: constituição de um Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação pelo CFESS, que construiu a brochura intitulada “Serviço Social na Educação”; acompanhamento dos projetos de lei e das legislações já existentes no país a respeito do Serviço Social na Educação, que se tornou uma ação permanentemente trabalhada tanto pelos CRESS, como também pelo CFESS.

2004: solicitação do CFESS de elaboração de um parecer, por meio da consultoria do Prof. Dr. Ney Luiz Almeida sobre os projetos de lei que versavam sobre a inserção do/a assistente social na área de educação, que resultou no documento intitulado “Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação”.

2005: instituição de uma comissão de trabalho formada por representantes dos CRESS de cada região do país e de representantes do CFESS, apresentada durante o 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS.

2006: pela primeira vez foi aprovada, no 35º Encontro Nacional (2006), a constituição de um Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação, do Conjunto CFESS-CRESS, composto por uma/a representante dos CRESS de cada região (sudeste, nordeste, centro oeste, sul e norte) e mais quatro conselheiros/as do CFESS. No entanto, neste momento, não houve possibilidade de efetivar esta proposta.

2008/2009: O Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação realizou a sistematização de leis e projetos de lei acerca do Serviço Social na Educação no âmbito municipal, estadual e nacional; incidiu para a ocorrência de adequação das legislações que apresentavam incorreções, tais como a identificação do serviço social com a política de assistência social, bem como a necessidade da ampliação da concepção de “Serviço Social Escolar” para “Serviço Social na Educação”; gestão e acompanhamento frente aos projetos de lei e de emenda constitucional em trâmite no Congresso Nacional;

2010/2011: O GT SS na Educação elaborou a metodologia para o levantamento de dados referentes à inserção de assistentes sociais na Política de Educação em todos os estados; produção de um roteiro, encaminhado aos CRESS, para orientar as discussões sobre serviço social na educação nos estados e regiões; sistematização dos dados coletados e enviados pelos Conselhos Regionais; produção e socialização do documento “Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação” como material base para novas discussões nos estados e regiões; levantamento das produções bibliográficas, entre o período de 2000 a 2010, acerca da temática.

2012: articulação, mobilização e participação nos debates estaduais e regionais a partir do documento

²² ABEPSS, CFESS/CRESS, ENESSO.

“Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação”, como atividades preparatórias para o Seminário Nacional de Serviço Social na Educação; sistematização dos relatórios dos debates estaduais e regionais para subsidiar o processo de construção dos materiais elaborados pelo GT; atualização do levantamento sobre as legislações municipais, estaduais e federal, já implementadas ou em tramitação, que tratam da inserção de assistentes sociais na Política de Educação; realização do Seminário Nacional de Serviço Social na Educação, nos dias 4 e 5 de junho, em Maceió (AL), que contou com a participação de 1.100 pessoas (CFESS, 2011, p.13).

Como mencionado, o GT Serviço Social na Educação, foi criado na perspectiva de contribuir para a discussão acerca da inserção do Serviço Social nesse campo. O presente documento “[...] problematizou a função social da escola, a educação como um direito social, a contribuição do Serviço Social para a garantia do direito à educação e a escola como instância de atuação do/a assistente social” (CFESS, 2011, p. 5), entre outras discussões.

Nota-se assim, que essas entidades atuam para orientar, disciplinar, normatizar e defender o exercício profissional em todo território nacional.

[...] reafirma e fortalece, em sua programática, o debate e ações estratégicas em torno da valorização da ética, da socialização da riqueza e da defesa dos direitos, na perspectiva de conhecer e analisar e se contrapor às formas de mercantilização de todas as dimensões da vida social. Nosso compromisso com o projeto ético-político profissional, expressos nos valores e princípios estabelecidos no Código de Ética dos/as assistentes sociais, nos mobiliza para a luta em defesa de uma cultura política com direção emancipatória e respeito à diversidade, além de nos sensibilizar, em nosso cotidiano profissional, para conhecer as reais condições de vida da população e buscar formas de intervir contra todos os processos de degradação da vida humana. (CFESS, 2012 apud DIORIO, 2012; p. 82).

Os desdobramentos das ações dessas entidades resultam numa ação profissional articulada ao Projeto Ético Político, na defesa intransigente dos direitos e políticas públicas e na valorização da profissão que dessa forma permanece em sintonia com a classe trabalhadora.

De acordo com o CFESS (2001), na especificidade da política educacional, a inserção do profissional de Serviço Social pode contribuir para:

Identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual cenário, tais como evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos e de risco. Estas, constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando consequentemente uma ação mais efetiva (CFESS, 2001, p. 12).

Concomitante a isso, no que concerne a inserção do profissional de Serviço Social na política de educação por vias legais, depois de muita pressão das entidades, e de anos de tramitação do Projeto de Lei, em 11 de dezembro de 2019, o então presidente Jair Messias Bolsonaro sancionou-se a Lei 13.935, que “Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica” (BRASIL, 2019, p. 21). Tal lei apresenta uma visão ampla de como se dará essa incorporação e quais os serviços que serão atendidos por esses profissionais, bem como ainda informa sobre o período de 1 ano para que todas as escolas da rede pública da educação básica se adequem para atender essas disposições (BRASIL, 2019), e aponta a importância do trabalho multiprofissional no desenvolvimento de ações que contribuirão para a melhor qualidade do ensino aprendizagem, levando sempre em consideração o PEP das instituições de ensino.

Entretanto, logo que chegou 2020 nos deparamos com a pandemia da COVID-19 que até os dias atuais, embora bem mais branda, ainda deixa rastros de muitas perdas e tristezas. Com isso, essas implementações ainda continuam por serem feitas, mas a categoria profissional não deixou de lutar para que a Lei nº 13.935, de 2019 fosse regulamentada e, já conseguiram algumas conquistas, como relata o próprio CFESS (2021, p. 14).

Em 2020 conquistamos, juntamente com os Conselhos Regionais, a inclusão da Lei nº 13.935, de 2019, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, Lei nº 14.113, de 2020, que passa ser sua principal fonte de custeio (CFESS, 2021, p. 14).

A partir do exposto, o CFESS junto às outras entidades representativas da categoria profissional, lança em 2021 uma cartilha com orientações para a regulamentação desta lei, considerando que diante do contexto pandêmico que estamos vivendo dificulta-se a efetivação da mesma. A cartilha ainda apresenta um panorama de todo o trâmite para a legalização desta lei tão importante.

Como aponta o próprio CFESS (2021, p.17):

Em uma conjuntura de retrocessos, desmontes e cortes em todas as áreas das políticas sociais, a aprovação dessa lei representa uma importante vitória para a política pública de educação, considerada a realidade concreta da comunidade escolar e a possibilidade de as equipes multiprofissionais serem inseridas nas redes de ensino de educação básica e, assim, poderem contribuir para o atendimento integral e de qualidade no processo ensino-aprendizagem (CFESS, 2021, p. 17).

Diante disso, reiteramos a importância e a necessidade da inserção dos profissionais de Serviço Social na política educacional, tendo por competência defender como se gesta o acesso à educação, bem como orientar diretores, gestores e demais que compõem essa política considerando a dimensão ética e principalmente política que a educação tem na sociedade, compreendendo também que é um anseio da categoria profissional, principalmente se considerarmos o contexto atual de crise social, portanto, essa inserção deve estar pautada no PEPSS, afim de garantir os direitos dos cidadãos, com ênfase no direito à educação, afinal a intervenção desse profissional vai além da área escolar. Se expande através das políticas de assistência estudantil; extensão; recursos humanos; educação inclusiva; assessoria e consultoria na política de educação; gestão, avaliação, planejamento e monitoramento da política de educação; inserção em equipes/espços de promoção à diversidade sexual e prevenção à violência contra mulheres no campo educacional, podendo articular CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e demais órgãos que visam a garantia e integridade dos direitos dos cidadãos.

4 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA COMO ESPAÇO SOCIOCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

4.1 Procedimentos metodológicos e instrumentais da pesquisa

A pesquisa é um aspecto essencial no processo de produção de conhecimentos nas ciências de forma geral, seja para resolução de problemas ou conhecimento da realidade. A pesquisa nas ciências sociais objetiva demonstrar a complexidade e as contradições do objeto, e as relações sociais que trava com a vida humana (GIL, 2008).

O Serviço Social é uma área das ciências que produz conhecimento desde os anos de 1980, principalmente com os programas de pós-graduação. Sua produção de conhecimento nos últimos anos tem mantido o compromisso ético, político e acadêmico, bem como uma qualidade e cientificidade da pesquisa relevante, igualando-se aos patamares de outras áreas de produção de conhecimento. Nesse processo da produção de conhecimento, a metodologia é entendida como “[...] as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador [...]” (MINAYO, 2001, p. 16).

Desta forma, afim de alcançar os objetivos propostos neste trabalho, a presente pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa visando compreender como o Serviço Social pode contribuir na política de educação. Para Minayo (2001, p. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2001, p.21-22).

Para desenvolver tal abordagem é necessário que o pesquisador tenha aguçada a dimensão investigativa da profissão, entendendo que esta é permeada e atravessada pelas contradições do capitalismo. Partindo disso, as pesquisas documental, bibliográfica e descritiva foram utilizadas como forma de coleta de dados e informações da realidade.

Na pesquisa documental entende-se por “documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno” (GIL, 2008, p. 147).

Nesse sentido, a fim de pesquisa documental analisamos as legislações no que tange aos direitos à política de educação, tais como: A Constituição Federal de 1988, as Diretrizes do Ministério da Educação, a Lei nº13.935/2019, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, as legislações profissionais do Serviço Social, como o Código de Ética – CEP (1993), Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93), e os direitos da criança e dos adolescentes – ECA (Lei nº 8.069/90).

Para subsidiar a análise das legislações vigentes, bem como dos dados observados, houve a necessidade de uma revisão de literatura, desenvolvida a partir da análise de reflexões teóricas já elaboradas em livros ou artigos, permitindo ao pesquisador dessa pesquisa possibilidades de reflexões e análises a realidade posta. Assim sendo, utilizou-se então para a fundamentação dessa pesquisa artigos/publicações de autores que abordam o tema pesquisado bem como referências teóricas publicadas em livros, teses, dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso e sites, dentre os quais delimitamos Piana, Orlando, Iamamoto, Almeida, Martins, Netto, Meszáros, Tonett, bem como outros textos e publicações do conjunto CFESS/CRESS.

A pesquisa embasou no método do Materialismo Histórico Dialético²³ como método norteador pois esta, objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais objetivando compreender as contribuições do profissional de Serviço Social na política de educação. O uso do método dialético se faz necessário por ser ele o responsável por dar conta das mediações existentes nas sociedades, tendo em vista que:

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc. (GIL, 2008, p. 14).

²³ Para Marx o Materialismo é a produção da vida material, partindo de uma ideia concreta de conhecimentos materiais para analisar o movimento da realidade. dialética marxista é a compreensão histórica do ser social que está ligado diretamente à sociedade, ou seja, é o movimento do real para apreensão da realidade social.

Portanto, compreende-se que trabalhar a pesquisa referenciada no materialismo histórico requer a percepção crítica da dimensão histórica dos processos sociais, permeados pelas contradições do modo de produção capitalista, relacionados as superestruturas, que estão para além do que se interpreta nos fenômenos observados. Desta forma, a política de educação e o contexto educacional contemplam esse espaço sócio-ocupacional em que o profissional de Serviço Social, tal esteja inserido, é capaz de articular ações e mediações para a transformação e emancipação dos sujeitos.

Por fim, a pesquisa descritiva cujo objetivo é a descrição de características de determinada população ou fenômeno, através do estudo dessas características. Assim, buscou conhecer a realidade e perceber diversas expressões da questão social presentes naquele espaço, entendendo a relação destas com o processo de reprodução da vida social, pois esse modelo de pesquisa visa levantar a opinião, informação ou atitudes de uma determinada população.

4.2 Considerações a partir dos dados e observações em escolas do Município de Miracema

Antes de chegarmos ao foco da pesquisa, é necessário a compreensão de algumas características do município de Miracema do Tocantins. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE²⁴, o território em que hoje é esse município emergiu por conta dos interesses de imigrantes ao garimpo do Norte de Goiás por volta do século XX. Os primeiros habitantes chegaram em 1929 e foram ficando por conta das belezas naturais encontradas na região.

Em 1988, com o desmembramento do Estado de Goiás, originando o Tocantins, Miracema do Norte, Hoje Miracema do Tocantins, foi escolhida para sediar a capital provisória do Estado, por ato de presidente da República. Permaneceu nessa condição de 1º de janeiro de 1989 até 31 de dezembro do mesmo ano, quando se instituiu, em Palmas, a capital definitiva (IBGE, 2021).

²⁴ Miracema do Tocantins - TO. Governo do Estado. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/miracema-do-tocantins.html>. Acesso em: 23 de maio, 2022.

Seguindo o último Censo Demográfico de 2021, a cidade hoje conta com uma área territorial de 2.663.745 km² e uma população estimada em 17.628 pessoas, localizada na região central do estado do Tocantins.

A pesquisa que se apresenta em seu início, a proposta metodológica a coleta de dados presencial, com um estudo de campo, em que pudesse fazer a observação participante e entrevistas semiestruturadas, todavia, devido a situação da pandemia da Covid-19²⁵, nesse sentido, para não se perder o foco de estudos e reflexões realizados desde as disciplinas obrigatórias de pesquisas, em processo de orientação de forma remota, que foram as possibilidades ocasionadas pela pandemia, e por estar sob a orientação de uma das coordenadoras do Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias – GEPPSFAM²⁶, e o mesmo no ano de 2016, sistematizou dados dos quais não foram analisados do Projeto de Extensão, em acordo de orientação decidiu-se que esse trabalho se dedicaria a análise desses dados.

Nesse sentido, os dados analisados nessa pesquisa é fruto da coleta de dados a partir de visitas e observações nas escolas do município de Miracema do Tocantins a partir do desenvolvimento do projeto de extensão intitulado “Proteção Social como Proteção Integral: a atuação da rede municipal de Miracema do Tocantins contra violações de direitos a crianças e adolescentes” desenvolvido pelo GEPPSFAM.

As visitas ocorreram em doze (12) escolas da rede municipal de educação, sendo cinco (5) de ensino fundamental, seis (6) de educação infantil e uma (1) escola de ensino fundamental em tempo integral em área rural. Nesses espaços o grupo foi recebido por uma equipe, geralmente composta pelo diretor/a da escola, secretário/a e algum professor/a ou inspetor/a de alunos/as, esse diálogo para cumprir com os objetivos do projeto tinha um roteiro semiestruturado, e contou também com a observação dos pesquisadores.

No processo de diálogo com a equipe de profissionais em todas as escolas realizadas, foram possíveis de ouvir relatos de expressões da questão social, que

²⁵ O novo coronavírus (Sars-CoV-2), mais conhecida como Covid-19, foi detectado em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu a Covid-19 como uma pandemia. Esse anúncio aconteceu quando o vírus já havia chegado em 114 países, e alcançando a marca de 118.319 casos e 4.292 óbitos. O primeiro caso confirmado no Brasil ocorreu em 26 de fevereiro de 2020 na cidade São Paulo. Na última atualização de 29/05/2022 temos um total de 666.453 óbitos no Brasil e 4.157 no estado do Tocantins. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 30/05/2022.

²⁶ Grupo de Estudos e Pesquisas Política Social Direitos Humanos e Atuação Profissional do Assistente Social fundado em 2015 e reformulado em 2017 passando a ser o GEPPSFAM-Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias da Universidade Federal do Tocantins, sob a coordenação da professora dra. Rosemeire dos Santos.

resultam na violação de direitos da criança e do adolescente, e que em algumas situações a equipe em sua maioria formada por profissionais com formação somente em magistério e pedagogia, não conseguem identificar as possibilidades de acessos à rede de serviços e proteção social²⁷.

Para análise desses dados definimos as escolas por nomes fictícios que representam personagens da Turma da Mônica, para preservar a identidade destas. A tabela a seguir demonstra as escolas visitadas, a equipe que recebeu os visitantes, informações e observações adquiridas nesses espaços, bem como as dificuldades apresentadas pela equipe e os recursos utilizados para atender as demandas por eles apresentadas

Visitas nas escolas do município de MIRACEMA do TOCANTINS				
Escola	Equipe técnica / nível da Educação	Informações e observações	Dificuldade apresentada pela equipe da escola	Recursos utilizados para trabalho com a dificuldade apresentada
Mônica	Diretora; Coord. Pedagógica; Secretária e 6 professores	Escola com 63 alunos matriculados, 61 frequentes. 3 refeições, Sem acesso à rede de Serviços Sociais (UBS, CRAS, Conselhos, etc).	Ausência da família no acompanhamento da criança.	Diálogos; Reuniões; Atendimentos Individuais.
Cascão	Diretora; Sem coordenação e sem secretária 11 professores em 2 turnos 5 transportes escolares.	Escola com aproximadamente 186 alunos em dois turnos; Escola sem acesso à rede de serviços; Escola com grande espaço e pouco aproveitado;	Falta de Acesso à cultura e lazer; Participação da família no sentido de transmissão de valores (vinda da criança para a escola por conta do BF; Ausência dos pais;	Sala de cinema e sala ecologicamente correta; Procurar a família e tentar buscar respostas na escola;

²⁷ O ponto de partida para a constituição de sistemas de proteção social foi a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da pobreza, uma vez que entre os séculos XVII e XIX ser pobre era vergonhoso. Essa agenda se ampliou de tal forma que a partir do pós-guerra teve início a implementação da universalização dos serviços sociais. Essa passagem é importante, porque ela sedimenta a ideia de proteção social enquanto um direito dos cidadãos e não como serviços de caridade (MATTEI, 2019, p. 58).

		Escola com vários pneus jogado.	Crianças criadas pelos avós) Interesse dos Alunos e a falta de transporte Escolas.	Conversa com os motoristas
Magali	Diretora; Secretária; Coord. Pedagógico; 11 professores sendo 4 pela manhã; Sala multiseriada para 1 e 2 anos.	Escola com aproximadamente 146 alunos em dois turnos; Situações de adolescente sem acompanhamento dos responsáveis; Situações de prostituição/ exploração.	Falta de um orientador profissional; Falta de conhecimento e orientação para as famílias nas situações de violências.	Palestras de DROGAS; RACISMO;
Chico Bento	Diretora; Secretaria; Coord. Pedagógica Educadora	478 alunos 3 turnos 21 EJA 16 professores 40 horas Crianças de vários níveis de aprendizado e de classe social Sala da equipe pedagógica organizada e com murais informativos	Dificuldade de Participação da família na escola; Inversão das responsabilidades da família e da escola;	Reuniões noturnas, mas não no fds; Busca pela família quando supera as tentativas aciona o Conselho Tutelar
Cebolinha	Diretora; Secretário; Coord. Pedagógica	Escola com 34 alunos de 1º ao 9º ano Sala multiseriada de 1º à 3º ano. Sala de direção, coordenação, biblioteca e informática	Falta de acesso à serviços públicos; Falta de “estrutura familiar” Adolescentes grávidas	Solicita palestras na rede de serviços. Família é participativa, mas não tem clareza para a

		(chamada sala bom bril) Sem infraestrutura de sala de aulas População empobrecida;	Dificuldade do transporte escolar Trabalho infantil rural	orientação dos adolescentes; Depende do transporte da Secretaria de Educação A equipe não concorda, porém não realiza nenhuma intervenção.
Rosinha	Diretora; Secretaria; Coord. Pedagógica	Escola com 81 alunos da pré escola ao 9º ano. Salas multiseriadas pré, 1º, 2º e 3º ano. Sala de acessibilidade 1 aluna com deficiência diagnóstica e outros sem diagnóstico Aulas de reforço e com transporte Sem articulação com a rede de serviços sociais e nenhum outro acompanhamento fora da escola.	Ausência da família na escola; Alunos sem interesse de estudo por conta da reprodução dos costumes familiares;	Conta com a experiência de cada professor; Momentos de interclasses em datas comemorativas
Bidú	Diretora; Secretario; Sem salas para laboratório e aulas de reforço	Escola com 135 alunos; 4 alunos com deficiência com laudo; 1 em processo de diagnóstico;	Número grande de Evasão; Famílias com dependência química;	Diretora realiza visita por conta própria; Diretora saiu a busca da criança com o marido e a polícia

		7 com visibilidade, mas sem diagnóstico.	Alunos desaparecido; Situações de abandono por parte da família.	encontro dormindo dentro de um carro no posto de gasolina. Encaminha para o Conselho Tutelar sem retorno.
Horácio	Diretora; Secretaria; Professora	Escola com 78 alunos em tempo integral Ao lado do CRAS Desconhece o papel da rede de serviços.	Localização da creche. Situações de Drogadição dos pais; Falta de participação da família. Crianças com marcas pelo corpo; Suspeitas de Abuso sexual	Bairro vulnerável Quando vão buscar as crianças não entregam. Acionam o conselho tutelar e a promotoria. Na situação confirmada a avó mudou com a criança para outra cidade.
Franjinha	Diretora, Coordenador a Pedagógica e Secretária. Escola com melhor infraestrutura. Professores graduados e especialista somente 1 com magistério. Localizado em bairro periférico.	Escola com 72 alunos em tempo integral 1 criança com deficiência, mas sem laudo Família sem orientação para buscar o tratamento fora da escola 1 única sala com ar.	População vulnerável sem acesso à renda, cultura, e com outros problemas sociais; Separações entre os pais das crianças; Famílias e crianças precisam de acompanhamento psicológico	Busca pela afetividade com a criança e a família, no reconhecimento das funções;
Floquinho	Diretora, Secretario,	Escola com 273 alunos em dois	Famílias desestruturadas	Visitas domiciliares da

	Coordenador Pedagógico	turnos (manhã e noite) 3 crianças com deficiência 1 apenas com laudo.	Falta de conhecimento dos pais; Drogadição	diretora para orientação a frequência escolar; Integração no horário noturno para a participação dos pais; Pai alcoolizado a diretora levou a criança para a casa.
Piteco	Secretaria, Professora,	Escola com 48 alunos em tempo integral Dividida em 2 salas. Escola sem espaço para lazer fora da sala de aula Crianças de 1 ano e meio até 3 anos	Situações de violência ou suspeitas	Comunicação ao Conselho Tutelar.
Tina	Diretora, Coordenadora pedagógica	Escola com 480 alunos em 2 turnos Escola com amplo espaço Refeitório novo.	Ausência da Família. Dificuldade da família em entender a necessidade e importância da escola. Irresponsabilidade e da família. Drogadição Desestrutura familiar Crianças com os avós. Pais reclusos; Receio de acionar o conselho tutelar e os pais tirarem as crianças da escola.	Recados pela agenda do Aluno. Contato por telefone e vizinhos. Algumas situações acionam o conselho tutelar

Na escola de ensino fundamental Mônica que atende de 1º ao 5º ano com um total de sessenta e três (63) alunos matriculados e sessenta e um (61) frequentes, identificamos como maior dificuldade a ausência da família no acompanhamento das crianças. Todavia, desconhecem o porquê desse não acompanhamento.

Para o Serviço Social enquanto profissão que ver além da realidade posta, essa ausência é desencadeada por implicações de vida da sociedade capitalista. Assim, requer pensar que enquanto a criança está na escola pode ser a oportunidade que a família tem para procurar meios de subsistência, seja via trabalho ou atendimentos na rede socioassistencial no município e região. E ainda é necessário pensar em atividades para com as famílias em expedientes diferentes aos de segunda à sexta das 8 às 18 horas, pois assim como todos da classe trabalhadora, geralmente é o horário de trabalho.

Noutra escola identificada nesse trabalho como Cascão, embora com espaço amplo que não é aproveitado, a dificuldade é a falta de acesso à cultura e lazer, e a falta de transmissão de valores quanto a importância da educação. Percebemos que muitas dessas crianças só vão à escola por conta de as famílias serem beneficiadas com o Programa Bolsa Família (agora Auxílio Brasil)²⁸, sem a real perspectiva do que a educação é capaz de realizar. Nota-se assim, a necessidade de informação acerca desses benefícios, que deveria ser um incentivo a inserção na educação e não apenas uma obrigatoriedade

A falta de transporte escolar, famílias em situação de violência, prostituição e exploração, inversão de responsabilidades da família e da escola, falta de interesse por conta da reprodução dos costumes familiares, evasão escolar, situações de dependência química, drogadição dos pais e população sem condições de acesso a renda são mais algumas das dificuldades apontadas pelos gestores e técnicos das escolas visitadas.

²⁸ Braço social do Governo Federal, o Auxílio Brasil integra em apenas um programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O novo programa social (que substitui o Bolsa Família) de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Além de garantir uma renda básica a essas famílias, o programa busca simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social. O Auxílio Brasil é coordenado pelo Ministério da Cidadania, responsável por gerenciar os benefícios do programa e o envio de recursos para pagamento. Para saber mais acesse: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>.

Mioto (2015, p. 212), enfatiza que essas demandas são responsabilidades da família, e que esta é uma forma que o próprio Estado apresenta para “reduzir demandas e custos, e valorizar outros provedores de bem-estar social, dentre eles as ONG’s”, com ações e políticas sociais cada vez mais focalizadas. Diante dessas demandas:

[...] o assistente social poderá enveredar-se sobre a realidade das instituições educacionais como totalidade, realçando suas contradições, reconhecendo que ela é constituída de mediações, processos e estruturas inseridas na realidade social e que precisam ser interpretadas (MARTINS, 2007, p. 192).

A exemplo dessas mediações necessárias, temos a escola Magali, que dentre as dificuldades postas pela equipe, a falta de orientação profissional para as famílias em situação de violência tem sido o maior desafio.

Entretanto, é uma escola que trabalha sala multisseriada para 1º e 2º anos, o que deveria ser, a priori, a maior preocupação para os profissionais dessa escola. Mas por não ter um profissional capacitado para atender demandas relacionadas as expressões da questão social, estas passam a ser obrigatoriedade de professores e demais funcionários da escola, o que expõe a necessidade de coletivizar as demandas. Cabe aqui então, “[...]os trabalhos interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais que contribuem para a qualidade da educação [...]” (CFESS, 2011, p. 46), que são prestados pela articulação dos órgãos da rede municipal de proteção social.

Na escola Chico Bento, a falta de organização para a participação da família na escola é um dilema, uma vez que reuniões noturnas podem ser inviáveis para estas famílias, considerando a realidade desses pais que provavelmente trabalham o dia inteiro e a noite só desejam descansar. Um fato interessante aqui, são os vários níveis de classe social apresentado pela equipe técnica pois, possibilita trabalhar a diversidade de classes na perspectiva da desigualdade, sem preconceito, mas de forma a construir a criticidade dos mesmos, afinal o assistente social inserido nesse espaço tem a “compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade” (CFESS, 2011, p. 26).

Já nas escolas Cebolinha e Rosinha, embora também haja salas multisseriadas, há várias expressões da questão social batendo a porta e, até organizam palestras para abordar as temáticas que são percebidas, mas se o Estado

deixa a desejar quanto a viabilização do transporte escolar até para a locomoção das crianças até a escola, pouco vai importar a participação desses pais nessas reuniões ou palestras, pois é uma forma de deixá-los sem saber dos direitos que os mesmos possuem.

Sabendo que o transporte escolar é um serviço público, foi citado também a falta de acesso a estes, evidenciando mais uma vez a não articulação da rede de apoio e proteção social do município, o que individualiza as ações que deveriam ser pensadas e desenvolvidas em coletividade, afinal o enfrentamento a questão social, objeto de atuação do assistente social, requer construir, materializar e consolidar direitos sociais que compõem a proteção social desses municípios.

Seguindo, apresentamos Bidú e Franjinha, duas escolas completamente opostas em termos de estrutura de pessoal e de infraestrutura. Bidú é a típica escola que só tem o básico. Com cento e trinta e cinco (135) alunos, dos quais doze (12) têm deficiência. Desses doze (12), quatro (4) já tem laudo médico e os demais percebe-se apenas observando, não foram diagnosticados por um profissional.

A equipe técnica apresentou que há um grande número de evasão escolar, famílias com dependência química, alunos desaparecidos e abandono familiar. Embora, tentem realizar ações por conta própria, não há êxito, pois é cada demanda ligada a proteção da criança, aos direitos sociais, que fica inviável ser atendida por profissionais da educação. Afinal, como aponta o próprio CFESS (2011, p. 28) “[...] estes fenômenos são objeto de atuação profissional cotidiana e exigem a análise crítica das raízes que os confrontam [...]”, ou seja, a análise da realidade é essencial para que estes fenômenos sejam resolvidos.

Franjinha é o oposto, possui um corpo docente qualificado pedagogicamente, todavia, ainda tem fragilidades no acompanhamento família e escola, principalmente das crianças com deficiência. É notório que em nenhuma das escolas já citadas possui esse atendimento, o que reforça a necessidade de efetivação da Lei 13.935, de 2019, que preconiza psicólogos e assistentes sociais na rede pública de educação básica.

Dando continuidade as observações temos a escola Horácio, uma escola em tempo integral, com equipe bem pequena e que realiza trabalho com crianças. Segundo a equipe técnica, nota-se nesse espaço eventos de drogadição dos pais, crianças com marcas pelo corpo, situações de violência e abuso sexual, que foram apresentados a defensoria e ao conselho tutelar. No caso confirmado a avó mudou de cidade com a criança. A escola é localizada ao lado do Centro de Referência de

Assistência Social - CRAS²⁹ de Miracema do Tocantins, porém, a equipe desconhece a articulação dessa rede de serviços socioassistenciais, assim, nem aciona quando acontece esses casos. Portanto:

[...] Ainda que as ações de caráter mais nitidamente pedagógico, exercidas por professores e professoras, sejam aquelas que adquiram maior visibilidade social, os estabelecimentos educacionais precisam de outros trabalhadores e trabalhadoras para cumprir sua função social no âmbito dos processos de reprodução social[...] (CFESS, 2011, p. 45).

Seguindo nesse raciocínio, essa discussão sobre inserir assistentes sociais na educação, dá-se pela necessidade de que se cumpra a função social da educação, tendo em vista que só se concretiza por meio da análise da realidade social a partir do processo dialético que articulado pelo trabalho dos assistentes sociais.

Essa necessidade é evidenciada também nas escolas Floquinho e Tina. As duas possuem grandes quantidades de alunos, portanto se repetem algumas expressões da questão social já citadas em escolas anteriores. De novo, há famílias desestruturadas³⁰, pais reclusos e o receio em acionar o conselho tutelar quando surge a necessidade. A equipe utiliza dos recursos que tem para amenizar as dificuldades apresentadas. Fazem visitas domiciliares com busca ativa para conversar sobre a frequência dos alunos, enviam recados na agenda ou pelo(a) vizinho(a) e só em casos mais graves acionam o conselho tutelar. Percebe-se assim, que embora haja a necessidade de mediar as expressões da questão social que se apresentam, os profissionais da escola desconhecem como fazer essa mediação.

Por fim chegamos a última escola, Piteco, a equipe é só secretária e professora, uma quantidade de alunos bem pequena que se dividem em duas salas. Não há espaço para lazer fora da sala de aula, e mais uma vez situações de violência é a maior demanda apresentada pela equipe. Quando acontece acionam o conselho tutelar, todavia não há resposta imediatas.

A partir do exposto e tomando por base o ECA, Lei nº 8.069/1990 como direção da proteção à criança e adolescente, percebemos as dificuldades dos profissionais da rede municipal em garantir e preservar esses direitos. Questionamo-nos então. Será

²⁹ Para saber o que é e como ter acesso a esse serviço acesse: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social>.

³⁰ Não nos cabe aqui definir ou julgar a estrutura familiar. Apresentamos apenas as falas como citadas pelas pessoas que trabalham nesse espaço.

que tais profissionais desconhecem por completo a rede de apoio e proteção social do município, ou simplesmente naturalizam essa violação dos direitos?

Quanto a isso, Martins (2007) pontua que todas essas situações se interrelacionam com a vida social e comunitária, considerando que são consequências do modo de produção vigente e, se intensificam no contexto escolar dificultando o processo de ensino aprendizagem, necessitando, portanto, de outros profissionais para tentar solucioná-las. Mas, para além de todas as expressões da questão social, especificamente as apresentadas pelas escolas do município de Miracema do Tocantins, enfatizamos que a não participação do/a assistentes social nesse espaço contribui para que as famílias permaneçam distantes da escola sem participação ativa na educação dos seus filhos. Portanto, Almeida (2007, p. 05) assinala que:

[...] a atuação dos assistentes sociais na política educacional envolve a compreensão da dinâmica e complexidade deste campo de atuação do Estado e da sociedade civil [...] e diz respeito ao reconhecimento de que se a política educacional é uma das expressões das disputas protagonizadas pelos sujeitos sociais no campo da cultura ela também não encerra todas as particularidades da educação enquanto dimensão da vida social (ALMEIDA, 2007, p. 05).

Reafirmamos com isso, a importância da inserção do Serviço Social na política de educação, pois é nesse espaço que o profissional de Serviço Social é chamado a atender as demandas relacionadas às manifestações da questão social no contexto escolar.

De forma geral, a infrequência, evasão escolar, repetência, comportamentos violentos, gravidez na adolescência, uso abusivo de álcool e outras drogas, e bullying são exemplos comuns de manifestações da questão social que se materializam nas escolas públicas e que traduzem os efeitos da apropriação desigual da riqueza socialmente produzida na sociedade capitalista (SANTOS, 2015, p. 67).

Entendemos assim, que ao interferir nessa realidade, o assistente social, profissional capacitado, conseqüentemente contribui para a formação do indivíduo. Mas, para além disso estes profissionais:

Devem, ao mesmo tempo, tomar a política educacional como um modo historicamente determinado de oferta e regulação dos serviços educacionais, que organiza diferentes formas de trabalho coletivo e modalidades de cooperação entre os profissionais que atuam nesta área, como considerar a educação como um fenômeno social, cujas práticas e seus sujeitos envolvem processos que embora se relacionem com a política educacional a ela não necessariamente se circunscrevem (ALMEIDA, 2007, p. 5).

Desse modo, a inserção e atuação profissional nesse espaço, gera possibilidades e estratégias que abarcam também a função educativa e pedagógica do assistente social para o enfrentamento desses inúmeros fenômenos, através de uma organização coletiva da categoria em busca de assegurar e garantir que tais direitos não sejam violados.

Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura, aqui entendida, como mencionamos anteriormente, no sentido gramsciano, como sociabilidade (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 03).

Mas para que essa função se materialize em ações, é necessário que a legislação que trata dessa inserção seja validade e efetivada o quanto antes pois, embora percebam as dificuldades e falhas na política educacional, as equipes técnicas das específicas escolas não conseguem intervir nessas dificuldades pois, desconhecem as mediações, necessárias para abordar e trabalhar da forma adequada que só um profissional capacitado é capaz. Afinal, além de ensinar, o papel da escola também é trabalhar com o seu público estratégias de prevenção, práticas educativas e reflexivas que abarquem o cotidiano da sua população usuária.

Já são 5 anos após a visita as escolas citadas anteriormente, e ainda não há profissionais de serviço social e psicólogos mesmo após a aprovação da Lei (13.935 de 2019) e observando a crise financeira e política que o país vive atualmente a hipótese é de que as expressões da questão social já citadas tenham se agravado ainda mais. Indignamos nos por imaginar o que tem sido a realidade daquelas crianças que sofriam abusos e violação dos direitos, aquelas famílias que sequer iam à escola em dias “obrigatórios”. É provável o agravamento dessas expressões da questão social no contexto escolar, isto porque é nesse contexto que o aluno reflete e expõe aquilo que vivencia em seu cotidiano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que se pensa, a relação entre a política de educação e o Serviço Social não é algo tão recente. Desde a década 1930, essa relação já acontecia quando a profissão passou a ser exercido aqui no Brasil. O que se propôs nesse trabalho foi discutir os progressos e retrocessos dessa relação no que se refere a efetividade e qualidade dos serviços ofertados em relação a política de educação.

Diante do exposto, é possível afirmar que a política de educação viveu processos de tempos em tempos, todavia a pesquisa sobre como o profissional de Serviço Social pode contribuir nesse espaço, não tem a pretensão de se esgotar aqui, compreendendo que um trabalho acadêmico além dos seus objetivos relacionados ao tema tem também o de indagar e contribuir para que novos discentes pesquisadores se interessem e identifiquem com a temática e desenvolva novos estudos, compreendendo que a realidade é dinâmica e dialética.

A pesquisa é essencialmente uma maneira de contribuir com profissionais ou pessoas que não tenham proximidade com o tema, de forma leve e didática, sem a pretensão de esgotar a temática, mas apresentando resultados positivos e relevantes a quem deste tema interessar, bem como as categorias aqui apresentadas.

Para além do acesso à educação, é preciso defender a implementação de políticas de proteção social à indivíduos e famílias, considerando os inúmeros impactos que esse modo de produção e vida na sociedade capitalista, que causa exposição às mais variadas expressões da questão social na vida de crianças, adolescentes e jovens e suas famílias, assim como da sociedade na sua totalidade. Assim, no decorrer da pesquisa evidencia-se inúmeros desafios que necessitam de enfrentamentos coletivos, para uma possível solução na política de educação, um dos principais é a falta de articulação entre a rede de proteção social do município, que embora exista, desconhecem o seu papel dentro da sociedade.

Muito embora a pesquisa aqui não trate, não podemos deixar invisível, o momento que vivemos, alastrado pela pandemia da Covid-19, que acirrou ainda mais as expressões da questão social, bem como pôs em crise as políticas sociais com o processo de precarização e mercantilização destas.

Portanto, compreender a importância e perceber a necessidade do trabalho multiprofissional, atuando em conjunto na busca de melhorias às demandas impostas pelo capital, é essencial para viabilizar a inserção dos sujeitos na escola, e contribui

para a garantia de uma educação laica, gratuita e de qualidade, que ao invés de formar mão-de-obra para o capital, forme cidadãos críticos e, proporcionem a tão falada e utópica emancipação humana.

Por fim, o presente trabalho apresenta resultados de um contexto anterior ao período pandêmico, que por sua vez, se alastra no atual cenário. A necessidade da inserção do Serviço Social na política de Educação é algo extremamente urgente, pois sabemos que os dados aqui apresentados são expressivos e, sem essa inserção tendem a aumentar considerando que o profissional de educação, sozinho, não consegue viabilizar o acesso às políticas sociais necessárias nem tão pouco atender as demandas relacionadas as expressões da questão social no contexto escolar. Assim, o presente trabalho poderá ser fruto de novas pesquisas, podendo apontar o que houve/ se houve avanços e retrocessos nas escolas municipais do município de Miracema do Tocantins.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Fanci Gomes. Mobilização Social e Práticas educativas. In: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 01-18.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Disponível em: http://www.cress-mg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc Acesso em: 28/04/2022 as 16:43.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação**. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Serviço-Social-e-política-educacional-Um-breve-balanço-dos-avanços-e-desafios-desta-relação.pdf>. Acesso em: 10/03/2022 as 16:43.

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi de. A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade. **Revista Grifos**. São Paulo, n.36/37, p.117-126, 2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. IN: **Política Social: fundamentos e história**. -6. ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 17ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília-DF; Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

BRASIL. **Lei no 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília-DF; Senado Federal, 1990.

CFESS. **Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica**. CFESS/CRESS, 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1752>.

CFESS. **Serviço Social na educação**. GT Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS/CRESS, 2001. Disponível em:
[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. GT Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS/CRESS, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf

COSTA, Renata Gomes da.; MADEIRA, Maria Zelma De Araújo. Trabalho, práxis e Serviço Social. In **R. Katál**. Florianópolis: v. 16, n. 1, p. 101-110, jan./jun. 2013.

COSTA, Selma Frossard. **A política de Assistência Social no contexto da educação infantil e desafios para um trabalho socioeducativo**. 2004. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v6n2_selma.html Acesso em: 14/03 às 15.20.

DIORIO, Anabel Barrio de Miranda. **Serviço Social na Educação: um espaço a ser conquistado**. f. Monografia. (Curso de Graduação em Serviço Social) Unidade Nove de Julho. São Paulo, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que Serviço Social quer dizer. In **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 108, p. 748-761, out./dez. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Introdução à Educação Escolar Brasileira: História, Política e Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p 806-825.

História de Miracema do Tocantins. Disponível em:
<https://www.miracema.to.gov.br/municipioAhistoria>. Acesso em:30/05/2022 as 14.30 h.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na cena contemporânea. In: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 13-58.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Marilda Villela iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. -19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, Otávio. **Globalização e Neoliberalismo**. São Paulo em Perspectiva, 12(2) p. 27-32, 1998.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Perspectivas do Serviço Social no âmbito da política de educação. In: **Educação e Serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo, 2007.

MATTEI, Lauro Francisco. Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 57-65, jan./abr. 2019.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. -2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

MESQUITA, Andréa Pacheco de.; GUERRA, Yolanda.; GONÇAVES, André de Menezes. (Org.). Verbetes: Dimensão Teórico- metodológica, Dimensão Ético-política e Dimensão Técnico-operativa. In: **Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social**. Fortaleza: Socialis, 2019.

MÉSZAROS, István, 1930. **A educação para além do capital** / István Mészáros [tradução Isa Tavares]. -2. ed.-São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NADAL, Beatriz Gomes. A escola como instituição: primeiras aproximações. **Olhar de professor**, Paraná: v.14, nº. 1, p. 139-150, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. A educação no contexto das políticas sociais atuais: entre a focalização e a universalização. In **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 27-40, jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, Persio Santos de. **Introdução à Sociologia da Educação**. 3.ed., São Paulo: Ática, 1993.

PAIS, José machado. **Sociologia. Problemas e Práticas**. n. 49, p. 53-70, 2005.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, Franca: v. 18, nº. 2, p. 182-206, 2009.

SANTOS, Émina. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. In **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019.

SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloisa M. Samba, malandragem e muito autoritarismo na gênese do Brasil moderno. In: **Brasil: uma biografia**. Campanha das letras. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-brasil-uma-biografia->

lilia-moritz-schwarcz-e-heloisa-starlingem-pdf-epub-mobi-ou-ler-online/ Acesso em: 11/03/2022 as 12:00

SGUISSARDI, Valdemar, Educação Superior no Brasil. Democratização ou Massificação Mercantil, Educação & Sociedade, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura.** 2ª ed. São Paulo. Cortez, 2002.

SOARES, Raí Vieira. FARIAS, Aline Mota. RIBEIRO, Kivya Costa. ALECRIM, Raíra Raquel dos Santos. Educação Superior nos Governos do PT: entre a mercantilização e a precarização. In: **X Jornada Internacional Políticas Públicas.** 2021, São Luís, MA. Artigo, São Luís, Ma. 2021, p. 01-14.

TEIXEIRA. S.M. “Política Social Contemporânea: a família como referência para as políticas sociais”.; “Serviços Sociais e Responsabilização a família: contradições da Política Social Brasileira” (R.C.T. MIOTO) In: **Familismo, direito e cidadania.: contradições da política social.** MIOTO, CAMPOS, CARLOTO (Org.). - São Paulo: Cortez, 2015.

TEMPORALIS/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n. 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS. Grafile, 2001.88 p.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital.** 3ª ed. ampliada. São Paulo: 2016.

TRAGTENBERG, Maurício. A escola como organização complexa. Educação e sociedade, Campinas, v. 39, nº.142, p. 183-202, jan.-mar.,2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Direitos Sociais e Competências Profissionais.** CFESS/ABEPSS: 2009.